



MANDATO 2021-2025

PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

ATA Nº2

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e trinta e nove minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da Penha de França em Sessão Ordinária, por videoconferência, sob a presidência de Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, coadjuvada pelo Primeiro Secretário João Carlos Ventura Ramos, e pela Segunda Secretária, Elsa Maria Noura do Sacramento. -----

Estiveram presentes, para além dos já mencionados, os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia: -----

Pelo Partido Socialista: -----

António Neira Nunes, José de Carvalho Ferreira, Maria Eugénia Sabino Guerreiro Colaço e Maria Luíza Correia Valente; -----

Pela Coligação Democrática Unitária: -----

Idália Maria Tiago Custódio, Ana Sofia Moutinho Calado e Gonçalo Miguel Martins Gomes; -----

Pelo Partido do Centro Democrático Social/Partido Popular: -----

Pedro Raul Pires Dias de Calheiros Cardoso e Sofia Rita dos Santos Peralta Félix Teixeira; -----

Pelo Partido Social Democrata: -----

Maria de Lourdes Dionísio Duarte Borges e Renato José dos Santos Lucas Caldinhas;

Pelo Bloco de Esquerda: -----

Joana Filipa Amaral Grilo e Rui Emanuel Antunes de Seixas; -----

Pelo Livre: -----

João Filipe Lourenço Monteiro; -----

Pelo Chega: -----

Luís Manuel Dias da Silva Costa Matias; -----

Pelo Pessoas-Animais-Natureza: -----

Elisabete Cristina Sanz Silva da Cunha Alcobia Claro; -----



A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia* cumprimentou todos os presentes e todos os espectadores da transmissão em direto no Canal de Youtube da Junta de Freguesia e indicou que a Sessão estava a ser traduzida em Língua Gestual Portuguesa, à semelhança do Mandato anterior. -----

----- **PONTO NÚMERO UM** -----

Regimento da Assembleia de Freguesia da Penha de França para o Mandato 2021-2025

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia* explanou que a aprovação do Regimento estava no Ponto nº1 uma vez que havia novas Forças Políticas na Assembleia de Freguesia e que sem a sua aprovação em primeiro lugar a Sessão não podia ser realizada. -----

Indicou que a versão apresentada do Regimento tinha sido discutida em plenário da Comissão de Líderes e que estava aberta a possíveis alterações posteriores. -----

Referiu que, uma vez que a Sessão estava a ser realizada por videoconferência, todas as votações seriam uninominais. -----

O Regimento obteve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3	2	2	2	1	-	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	1	-

O **Regimento** foi *aprovado por maioria* -----

O Deputado **Luís Matias**, do **Chega**, como Declaração de Voto, indicou que a sua abstenção se prendia com os tempos de intervenção, uma vez que o tempo que lhe tinha sido atribuído no PAOD era manifestamente insuficiente. -----

----- **PONTO NÚMERO DOIS** -----

Intervenção do Público

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia* indicou que havia duas inscrições e, como tal, cada Força Política dispunha de dois minutos para intervir e o Executivo dispunha de seis minutos. -----



A moradora **Sandra Campos**, cumprimentou os presentes e indicou que tinha três pontos para apresentar. -----

Indicou que a sua primeira questão tinha a ver com o silo do Alto de São João, que tinha sido apresentado pelo anterior Vereador da Mobilidade, Miguel Gaspar, e que tinha apresentado um argumento forte relativo à sustentação das terras na Parada do Alto de São João. Perante aquele argumento questionou como estava a situação, esperando que a resposta não fosse apenas que dependeria da boa vontade do novo Executivo camarário, uma vez que gostaria de pedir à Senhora Presidente, uma vez que tinha assento na Assembleia Municipal, que lutasse por aquele objetivo que estava pendente havia já bastantes anos, e que tinha tido luz verde no final do mandato anterior, e que houvesse uma passagem de pastas antes de ser feita a requalificação da Parada, através do programa “uma praça em cada bairro” e que se perdessem uma série de lugares de estacionamento sem que houvesse qualquer outra alternativa. -----

A sua segunda questão tinha a ver com a questão dos Bip/Zips que tinham sido aprovados na Junta, e questionou todos os eleitos se o que pretendiam para a Freguesia eram Bip/Zips onde se iriam fazer pequenas hortas em terrenos sem qualquer estudo feito sobre a sua viabilidade, com Associações como a Regador e a Brincapé, que estavam direcionadas para aqueles pequenos projetos de brincarem nas ruas. Questionou se não era feita nenhuma fiscalização àquelas Associações, estando já vincado o desejo de que fosse feita a requalificação do Alto da Eira, dentro do Vale de Santo António, e a requalificação dos terrenos da Dom Domingos Jardo para serem integrados no corredor verde oriental, assunto esses falados com a anterior vereação, pretendendo que ambas se tornassem uma realidade, uma vez que a Penha de França era a única Freguesia que não tinha um parque urbano, algo que era bastante necessário. -----

A sua terceira questão tinha a ver com o Orçamento Participativo, cuja proposta vencedora tinha sido apresentada pelo Grupo de Moradores de São João, e que era eferente à utilização do espaço interior do Forte de Santa Apolónia, e que gostava de ver concretizada, e questionou o que iria acontecer ao projeto vendedor de 2019, que era da Freguesia de São Vicente, mas que tinha sido trasladado para o interior do Forte de Santa Apolónia. Indagou se iriam ser ambos integrados e concretizados e se as verbas envolvidas iriam ser integradas no orçamento da Junta (€450.000,00). -----



Referiu também, sobre o Regimento da Assembleia, que gostava que as Sessões da Assembleia de Freguesia pudessem ser híbridas, podendo os moradores participar da forma que entendessem melhor, ou por videoconferência ou presencialmente. -----

O morador **Jorge Manuel Neves** saudou os presentes e desejou sucesso para o novo mandato e indicou que primeiro diria o que estava bem e que depois passaria para o que estava mal. -----

Congratulou a abertura da piscina, apesar de ter sido dito que a sua abertura seria em junho, tendo acabado a sua abertura apenas em dezembro por ser positiva, e indicou que já estava inscrito. -----

Congratulou, também, o arranjo do Largo da Igreja da Penha de França, nomeadamente o acesso à Rua Marques da Silva, algo que tinha solicitado numa das últimas reuniões do mandato anterior, ainda como autarca. -----

Lastimou, no entanto, o estado da higiene urbana da Freguesia, louvando o trabalho dos poucos funcionários da Junta, sugerindo o aumento do número de vagas no Quadro de Pessoal para integrar mais Assistentes Operacionais, integrando, também os trabalhadores a recibos verdes, o que lhes daria mais animo, estado em crer que a Junta tinha condições para o fazer. -----

Indicou que, como tal, as folhas não eram apanhadas atempadamente, junto ao seu local de trabalho e de residência, tendo quase escorregado e caído nas mesmas. -----

Alertou, também, sabendo ser competência da CML, para o estado do alcatrão na Rua da Penha de França, junto ao '*Olha que dois*', onde existia uma cova que se enchia quando chovia e quando os carros passavam a alguma velocidade molhavam os transeuntes. -----

Apelou aos recém-eleitos autarcas que trabalhassem mais em prol da Freguesia em vez de perderem tempo a discutir Moções e Votos de Louvor variados e que apresentassem propostas que realmente melhorassem a Freguesia. -----

Congratulou a Senhora Presidente da Junta pela adoção do novo sistema para falar com os Fregueses, baseado no sistema do Eng. Carlos Moedas, contando com o seu apoio para a concretização de todas as boas ideias recebidas. -----

A Deputada **Joana Grilo**, do BE, saudou os presentes, e indicou que o BE concordava que a questão do silo para estacionamento na Parada do Alto de São João tinha de ser



vista pela Presidente da Junta, e aproveitou para questionar se os lugares seriam vendáveis, defendendo o BE que os mesmos fossem públicos. -----

Indicou que os Programas Bip/Zip era programas de Ação Social da sociedade civil, à semelhança do Orçamento Participativo, onde as Associações, e não a Junta, propunham ideias, sendo aquele o propósito do Programa, mas 50 mil euros serviam apenas para acupuntura, coisas pequenas que se podiam transformar em coisas maiores. -----

Relativamente ao Plano de Pormenor do Vale de Santo António, indicou que também o BE tinha grandes preocupações, tratando-se de um grande filão do território de Lisboa, desejando o BE que o Plano começasse a ser debatido de forma a poder ser implementado, podendo ser ali construída muita habitação pública a custos controlados e um parque florestal, estado já criado o plano do corredor verde, acompanhando o BE a ideia de que fazia falta um jardim grande na Freguesia. -----

Terminou dizendo que o BE também acompanhava as questões da Higiene Urbana e do Orçamento Participativo. -----

A Deputada **Idália Tiago**, da CDU, indicou que o que a CDU defendia para a Penha de França, e para a população da Penha de França, e que fazia parte do Programa da CDU, começava com a melhoria da vida de todos e que a Freguesia pudesse acolher, da melhor forma, todos aqueles que queriam viver na Freguesia, fosse isso através de Bip/Zips, hortas, espaços verdes ou fosse com o chão mais limpo, havendo, obviamente, prioridades e havia muito a melhorar na Freguesia, querendo a CDU que todos se sentissem bem e que a Freguesia fosse um espaço onde todos quisessem viver, incluindo a questão do trabalho precário, fosse ele na Junta ou noutra local qualquer, sendo uma das batalhas antigas, e presente, da CDU. -----

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS/PP, saudou os presentes e desejou um excelente mandato à Senhora Presidente, esperando que pudessem ver solucionada, naquele mandato, a questão da Rede dos Cuidadores, sobre a qual já tinham tido uma reunião. ---

Relativamente às questões relacionadas com o Orçamento Participativo, gostava de salientar que no Orçamento já se encontravam previstas as situações das OP e de acompanhar as situações de propostas vencedoras não realizadas de anos anteriores. Indicou que o CDS concordava com todas as OP propostas, fruto da organização da Sociedade Civil, e esperava que aquele mandato ficasse marcado pelo apoio prestado às



Associações e cidadãos cujos projetos vencessem os Orçamentos Participativos, e que os mesmos pudessem ser acompanhados com abertura e transparência. -----

O Deputado **João Monteiro**, do Livre, saudou os presentes e desejou um bom trabalho ao Executivo e aos restantes Deputados. -----

Indicou que o Livre iria acompanhar as questões levantadas pelos moradores, e referiu que os Programas Bip/Zip que tinham sido desenvolvidos e implementados eram elogiados pelos cidadãos. -----

Indicou que, tal como estava patente do Programa do Livre, defendia as hortas urbanas, tal como os espaços verdes de usufruto para todos, ambos importantes e necessários, e tal como indicado por outros Deputados, devia de haver a capacidade de acolher e aceitar projetos propostos pela Sociedade Civil, mesmo que não se gostasse deles, defendendo a continuidade de dotar a Sociedade Civil de voz e palco para se manifestar de forma a poderem, em conjunto, construir a Freguesia. -----

A Deputada **Elisabete Claro**, do PAN, saudou todos os presentes, e indicou que os Espaços Verdes eram uma grande preocupação do PAN, e reconheceu, também, a importância das hortas urbanas para o convívio dos cidadãos. -----

Referiu que o PAN já tinha pedido que fosse feita uma análise das áreas da Freguesia de forma a poderem ser criadas manchas verdes, de forma a que os moradores pudessem usufruir deles para os seus passeios ou exercício ao ar livre. -----

Indicou não ter muitos dados nem sobre o silo nem sobre as questões sobre a higiene urbana. -----

Referiu que os parques urbanos era tão ou mais importantes do que as hortas na aproximação dos cidadãos. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, saudou todos os presentes, e desejou a todos um bom mandato e um bom ano de 2022. -----

Relativamente ao silo da Parada do Alto de São João, indicou que já tinha reunido duas vezes com o Senhor Presidente da Câmara, Carlos Moedas, e que a Junta e a CML continuam sintonizados, tendo o Senhor Presidente transmitido o empenho na prossecução do projeto do silo, julgando estar bem encaminhado naquele ponto de vista, tendo feito a transmissão de pasta, como indicado, pelo que a Junta iria continuar a acompanhar aquele tema e daria as informações que fosse tendo ao longo do tempo. -----



Relativamente aos Bip/Zip e Orçamentos Participativos indicados, referiu que ambos eram iniciativas da CML, não tendo a Junta intervenção naquela matéria, tratando-se de projetos apresentados pela Sociedade Civil, concordando a Junta com os propósitos dos projetos. -----

Dava nota de que, relativamente à Rua da Penha de França, se tratava do largo junto ao Mercado de Sapadores, que não perturbava a circulação de trânsito, havendo um equilíbrio, tendo havido uma cada vez maior adesão com o passar do tempo. -----

Relativamente à ação da Regador, num terreno baldio, ao abandono, resultante da requalificação das Torres do Alto da Eira e da requalificação que se pretendia para a Vila Cândida, era do entender da Junta de que aquela zona beneficiaria de uma ação de reflorestação, ajudando na fixação das terras daquela zona. -----

Defendeu que ambos os projetos eram positivos para a Freguesia. -----

Relativamente à questão sobre o Orçamento Participativo no Forte de Santa Apolónia, indicou que a decisão cabia à CML tomar e não à Junta, estando a Junta de acordo com a criação de parques inclusivos e que, por proposta do CDS, iriam ser criados mais, sendo sempre positiva a sua criação independentemente da sua localização. -----

Relativamente à questão da Piscina, indicou que a Piscina tinha sido aberta apenas em dezembro uma vez que em julho e agosto tinham sido iniciados os processos de tramitação dos procedimentos de contratação, em setembro os de fornecimento de bens essenciais, em outubro e novembro tinham sido implementadas as medidas de autoproteção sem as quais não era possível abrir a piscina, tendo sido feitos testes com os bombeiros e com as centrais de deteção, que exigiram a realização de obras físicas, e que ainda em novembro e dezembro tinham sido concluídas as obras, a cargo da CML, relacionadas com eletricidade. -----

Recordou que o Protocolo de Delegação de Competências ter vindo em julho, e uma vez que maior parte dos procedimentos necessários tinham recaído nos meses de agosto e setembro, a Piscina não tinha sido aberta com a celeridade desejada. -----

Aproveitou a questão levantada sobre a higiene urbana para informar que tinha sido decidida, em reunião de Junta, a realização de dois processos concursais para a integração de cantoneiros e de auxiliares de educação, traduzindo-se na integração de sete recibos verdes que ainda existiam, concordando a Junta que, tanto quanto possível, devia de ser



evitada a existência de falsos recibos verdes, aso quais tinham, por vezes, de recorrer aquando da existências de falhas que não podiam ser supridas de outra forma. -----

Relativamente à questão do alcatrão na Rua da Penha de França, indicou que se tratava de uma questão infraestrutural, existindo imensas estruturas antigas na Colina da Penha de França com fugas e que provocavam abatimentos no subsolo que se transmitiam às vias e que produziam as referidas covas. Indicou que aquelas situações eram continuamente reportadas à CML, e recordou que estava a decorrer uma obra na Rua Nery Delgado, obra essa que estava a demorar mais do que o previsto uma vez que a CML estava a proceder à substituição de infraestruturas, trabalho esse que teria de ser feito por toda a Freguesia, tratando-se de um trabalho que causava alguns incómodos. -----

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia* agradeceu a participação dos cidadãos na Sessão da Assembleia de Freguesia, participação essa que enriquecia não só o trabalho da Assembleia, mas também da Junta de Freguesia, sendo uma forma de participar na vida ativa da Freguesia. -----

----- **PONTO NÚMERO TRÊS** -----

Período antes da Ordem do Dia

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia* informou que tinham sido apresentadas, para aquele ponto, duas Saudações, apresentadas pela CDU e pelo BE, duas Recomendações, apresentadas pelo CDS/PP e pelo Chega, uma Moção apresentada pelo CDS/PP e uma Proposta apresentada pela CDU. -----

Recordou os tempos de intervenção aprovados pelo Regimento. -----

A Deputada **Idália Tiago**, da CDU, indicou que pretendia tecer alguns comentários sobre a data e a forma da realização daquela reunião. -----

Referiu que realizar a reunião online, com aquelas condições, e no penúltimo dia do ano, não lhe parecia ser a melhor forma de trazer o público a participar nas reuniões, uma vez que se estavam a realizar reuniões presenciais por todo o País, defendendo a CDU que deviam ser criadas condições para que as mesmas se pudessem realizar presencialmente, devendo ter em atenção que a maioria das pessoas não tinha condições técnicas para assistir ou para participar daquela forma online. -----

O Deputado **Luís Matias**, do Chega, felicitou o PS pela sua enorme habilidade em negociar, sendo aquele o terceiro mandato consecutivo em que o PS não tinha maioria



absoluta e que governava sozinho no Executivo, sem que ele conseguisse dar qualquer resposta aos cidadãos que o interpelavam. Achava importante clarificar os eleitores sobre quem tinha legitimado aquele Executivo, indicando que o Chega tinha votado contra e que ninguém tinha falado com o seu Partido. -----

Não obstante desejou um bom mandato ao Executivo e aos restantes Deputados. -----

Indicou que a Recomendação apresentada pelo Chega vinha na sequência da Moção apresentada pelo Mais Penha e São João, subscrita por cinco Forças Políticas e aprovada por maioria, conforme podia ser comprovado pela Ata de 30/06/2014, e que tinha permitido a inclusão de uma coluna de opinião, escrita pelas Forças Políticas com assento na Assembleia de Freguesia, na revista da Junta de Freguesia. Congratulou a Senhora Presidente da Junta por ter mantido aquela excelente prática democrática no mandato anterior e, esperava, que no atual mandato também. -----

Apelou à releitura da referida Ata, nomeadamente a intervenção do então Líder da Bancada do PS, Manuel Lage, sobre o assunto, defendendo o Chega que as boas práticas deviam de ser mantidas e se fossem pioneiros tanto melhor, uma vez que estavam a praticar a Cidadania e a Democracia. -----

Para concluir indicou que havia espaço para melhorar, uma vez que o número de caracteres permitido por artigo era insuficiente. -----

O Deputado *António Neira Nunes*, do PS, solicitou que o Voto de Saudação aos Trabalhadores, apresentado pela CDU, fosse votado ponto por ponto. -----

Relativamente à Moção apresentada pelo CDS/PP, indicou que o PS iria votar contra, uma vez que visava quase a criação de uma Assembleia paralela e como tal não tinha razão de ser. -----

Indicou que o PS iria, evidentemente, votar contra a Recomendação apresentada pelo Chega. -----

A Deputada *Ana Calado*, da CDU, saudou todos os presentes, e indicou que a melhoria da qualidade ambiental, em todas as suas vertentes, era uma prioridade fundamental da CDU, e apresentou a Proposta apresentada pela CDU, para a criação de uma Comissão Permanente de Ambiente, Sustentabilidade e Bem-estar Animal. -----

Indicou que a vontade da CDU em apresentar aquela proposta se prendia com a ação da anterior Comissão Permanente de Urbanismo, que tinha reunido catorze vezes no



mandato anterior, mas que só tinha produzido duas atas, e como tal não se tinha conseguido apurar qual a sua ação na área do ambiente. -----

Sabia, também, da existência da Comissão Local de Bem-estar Animal, da qual tinha feito parte no anterior mandato, mas cujos objetivos eram diferentes dos propostos pela CDU, e existindo um Pelouro do Executivo dedicado em exclusivo ao Bem-estar animal, fazia todo o sentido haver uma Comissão Permanente da Assembleia de Freguesia. -----

A Deputada **Joana Grilo**, do BE, leu o Voto de Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro), apresentado pelo BE, estando habituada a um modelo de trabalho de Assembleia de Freguesia diferente. -----

O Deputado **Gonçalo Gomes**, da CDU, saudou todos os presentes, indicou que a CDU tinha apresentado três Requerimentos à Junta de Freguesia, e passou a ler o Voto de Saudação aos Trabalhadores apresentado. -----

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS/PP, referiu que na reunião da Comissão de Líderes tinha sido votada democraticamente a questão criação da Comissão Permanente proposta pelo Partido Comunista, concordando que se tinha de fazer tudo pelo ambiente e pela sustentabilidade, sendo a questão do Bem-estar Animal uma questão que muito aprazia ao CDS/PP, mas tal como explanado na referida reunião, aquelas temáticas já estavam todas distribuídas por outras Comissões. -----

Indicou que tinha estranhado a recusa do PCP em coordenar uma Comissão Permanente, tendo em conta a CDU era uma Força Política bastante interventiva e participadora, e dado o chumbo da criação da Comissão proposta em sede da Comissão de Líderes, e tendo em conta que a Comissão de Bem-estar animal era pioneira na cidade de Lisboa e tinha provas dadas, questionou se a CDU pretendia coordenar aquela nova Comissão. -----

O Deputado **Pedro Cardoso**, do CDS/PP, saudou todos os presentes, todos os espectadores e os tradutores de Língua Gestual Portuguesa. -----

Confessou alguma confusão relativamente à posição do PS ao declarar-se contra a Recomendação apresentada pelo CDS/PP, quando tanto nas Grandes Opções do Plano como na intervenção da Senhora Presidente da Mesa se apelava e se elogiava tanto a participação dos cidadãos, tratando-se de um contrassenso e acabando por não se perceber o que realmente queria o PS, explanando que ninguém queria criar uma Assembleia



paralela, mas sim a criação de uma Assembleia consultiva de cidadãos que pudesse representar e empoderar todos os movimentos associativos que existiam na Freguesia, formais e informais, e o CDS acreditava que a Freguesia só tinha a ganhar com a criação daquela assembleia, até mesmo para quem liderava o Executivo. -----

Compreendia que a modernidade daquela ideia pudesse não ser bem aceite por quem exercia o Poder, parecendo-lhe haver algum medo do Poder participado. -----

Indicou que o Executivo era um representante dos cidadãos e tinha de os ouvir, e o CDS achava que a criação de movimentos formais para ouvir os cidadãos era uma ótima aposta, uma modernização da Freguesia e que podia ser um exemplo para a cidade de Lisboa e, quiçá, para o País. Como tal estava confuso em relação ao que tinha sido dito no início daquela Assembleia, com o que escreviam nas Grandes Opções do Plano, questionando se escreviam as Grandes Opções do Plano para ficar uma coisa bonita quando depois na primeira intervenção diziam que iam votar contra um movimento de participação dos cidadãos e dos movimentos organizados da Freguesia. -----

Referiu que achava aquela posição chocante e que não bastava ouvir uma ou outra pessoa durante a campanha eleitoral e, como já tinha tido oportunidade de dizer, durante a campanha ouviu os cidadãos queixarem-se do abandono e que queriam participar, e depois admiravam-se por as pessoas não votarem ou por se absterem. -----

Defendeu que envolver as populações no governo da sua Cidade era uma das estratégias mais eficazes, quer no combate à abstenção quer na participação do seu próprio espaço como um espaço comum. -----

O Deputado **Rui Seixas**, do BE, saudou todos os presentes, desejou a todos umas boas festas e felicitou o Executivo e os restantes Deputados e desejou a todos um mandato pleno de sucessos. -----

Relativamente à proposta da criação de uma Comissão, apresentada pela CDU, era da opinião que a mesma era sobreponível à Comissão de Bem-estar Animal já existente e que dispersava as atitudes e duplicava os esforços do ponto de vista prático, não acrescentando nada ao trabalho já desenvolvido pela Comissão existente. -----

Apelou a que a Comissão Local de Bem-estar animal tivesse o apoio e participação de todas das Forças Políticas ali representadas de forma a melhorar o Bem-estar animal da Freguesia. -----



Relativamente à Recomendação sobre a Participação Cívica, apresentada pelo CDS, indicou que o BE considerava extremamente importante incentivar a voz ativa da população, no entanto já existiam várias vias de participação ao alcance da população, tanto através da Assembleia de Freguesia, como através dos contactos de email da Junta de Freguesia, sugerindo que os recursos existentes fossem otimizados em vez de serem duplicados. -----

Referiu que a criação de múltiplas estruturas apenas dispersaria e confundiria a população, devendo manter-se as vias de comunicação existentes focadas e eficientes, de forma a que as pessoas pudessem comunicar com o Executivo. -----

A Deputada **Elisabete Claro**, do PAN, questionou os Deputados da CDU quanto à mais-valia da aprovação da Comissão que pretendiam, tendo em conta a existência de duas Comissões que já abrangiam os temas propostos. -----

A Deputada **Idália Tiago**, da CDU, apelou a que os restantes eleitos se referissem aos eleitos da CDU pelo nome da Coligação pela qual tinham sido eleitos de forma a que a situação deixasse de ser incómoda e desconfortável, tendo bastado o equívoco no ato da Tomada de Posse e demais constrangimentos causados. -----

Relativamente à questão das Comissões, indicou que a Comissão Permanente de Representantes tinha as suas atribuições e a CDU participava nela, tal como todas as outras Forças Políticas, e que competia à Assembleia, e não às Comissões, a aprovação de documentos e criação de Comissões. Referiu que seria sempre na Assembleia que a CDU iria apresentar as suas propostas, servindo a Comissão Permanente para ajudar a preparar a Assembleia, não estando a CDU impedida de apresentar em plenário as suas propostas. -----

Indicou que a CDU, e os seus eleitos, davam imensa importância às Comissões, empenhando-se e dando sempre o seu melhor, e que participariam nas Comissões que tinham considerado prioritárias, onde se iriam sempre fazer representar e fazer o seu trabalho. -----

Relativamente à Comissão proposta, indicou que a argumentação estava patente no documento, cujo nome podia causar alguma confusão, e explanou que a Comissão de Bem-estar Animal não era uma Comissão Permanente junto da Assembleia de Freguesia, propondo a CDU a criação de uma Comissão Permanente junto da Assembleia de



Freguesia que teria outras incumbências, estando a argumentação sobre a mesma patente no documento. -----

Referiu que, com base no trabalho realizado pelas Comissões no mandato anterior, nada do que era proposto, e prioritário, foi feito pelas anteriores Comissões, e como tal não havia como a CDU não propor a criação daquela Comissão, defendendo a CDU como sendo algo fundamental fazer naquela área no âmbito de uma Comissão Permanente. ----

Indicou que caso achassem que a questão do Bem-estar Animal fazia algum peso, podia ser removida e ficariam apenas com as áreas do Ambiente e da Sustentabilidade. -

O Deputado **António Neira Nunes**, do PS, sobre a Proposta apresentada pela CDU, indicou já existir uma Comissão de Bem-estar Animal em funcionamento, onde estavam representadas todas as Forças Políticas que assim o desejassem, e que tinha funcionado bem no passado, havendo, na sua opinião, uma sobreposição. -----

Indicou que o PS iria votar favoravelmente o Voto de Saudação apresentado pelo BE e a Moção apresentada pelo CDS/PP relativa ao Portal da Transparência. -----

Relativamente à Recomendação sobre a participação cívica, continuou a defender que, na sua opinião, criaria uma miniassembleia paralela, e ninguém estava ali para brincar às Assembleias e Comissões. -----

A Deputada **Lourdes Borges**, do PSD, saudou os presentes e indicou que o PSD cederia todo o tempo necessário ao CDS/PP. -----

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS/PP, pediu desculpa por não se ter referido aos eleitos da CDU como tal, não querendo ferir quaisquer suscetibilidades. -----

Relativamente à Recomendação apresentada pelo CDS, indicou que não havia qualquer pretensão de sobreposição à Assembleia de Freguesia, pretendia-se sim que se pudessem ouvir os cidadãos em conjunto sem os limites impostos pela estrutura regimental da Assembleia de Freguesia, sugerindo o CDS que pudesse ser realizada uma Assembleia onde pudesse ser ouvida a população de forma a melhor podê-la servir. ----

O Deputado **João Monteiro**, do Livre, indicou que cederia o seu tempo à CDU caso a Deputada Idália Tiago pretendesse concluir o seu raciocínio. -----

A Deputada **Idália Tiago**, da CDU, voltou a negar que a criação da Comissão proposta pela CDU gerasse a sobreposição de temáticas e voltou a indicar a temática do Bem-estar Animal podia ser removida da Proposta. -----



Esclareceu que a pretensão da CDU era que as reuniões fossem o mais amplas e abrangentes possível, de forma a que pudesse haver uma maior participação presencial da população, e que todos os documentos fossem tornados públicos e acessíveis no site da Junta, tal como mandava a Lei. -----

Agradeceu ao Livre a cedência do tempo. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** informou que todos os documentos aprovados em Sede de Assembleia estavam disponibilizados no site da Junta de Freguesia. -----

O Deputado **Pedro Cardoso**, do CDS/PP, indicou que pretendia fazer uma interpelação à Mesa no sentido em esclarecer que o CDS não andava ali a brincar e como tal não se reviam no comentário tecido pelo Líder da Bancada do PS, solicitando a retirada daquele tipo de epíteto com o qual o CDS não se identificava, identificando-se sim com a participação das pessoas, representando os eleitos as pessoas, não concordando o CDS da existência de mecanismos suficientes, a não ser que o Regimento fosse alterado no sentido em que fosse aumentado o tempo atribuído à intervenção do público, sendo trinta minutos tempo insuficiente para uma população tão elevada. -----

Indicou que caso a Recomendação do CDS não fosse aprovada, iriam propor a alteração do Regimento de forma a que o tempo para a intervenção do público fosse manifestamente maior. -----

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS/PP, agradeceu ao PSD pela cedência do tempo. –

Referiu que a Junta de Freguesia publicava toda a documentação aprovada pela Assembleia de Freguesia, tendo a Moção relativa ao Portal da Transparência a ver com outras questões, nomeadamente a vontade da população em querer saber onde a Junta gastava o dinheiro, uma vez que não tinham a noção de como era feita a gestão económica e financeira da Junta de Freguesia, pretendendo o CDS, daquela forma, elucidar a população e combater a abstenção. -----

Relativamente à Recomendação sobre a participação cívica, o CDS propunha que se realizassem duas sessões por ano, recordando que as Sessões Ordinárias da Assembleia de Freguesia se realizavam trimestralmente, podendo surgir situações e onde fosse possível ouvir a população com mais proximidade. -----



Referiu que ainda se estava a viver um período de pandemia e, como tal, aquela reunião estava a ser realizada por videoconferência, informando que tinham havido vários casos de contágio nas Tomadas de Posse, no passado mês de outubro, defendendo o CDS a realização das Sessões presencialmente na medida do possível. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia**, não havendo mais inscrições, passou à votação dos documentos apresentados, lendo apenas a parte deliberativa dos mesmos. -

A **Saudação nº1, “Voto de Saudação aos Trabalhadores”**, apresentada pela CDU, que constava do seguinte: -----

“A luta que os trabalhadores têm desenvolvido pela defesa dos seus direitos, pela melhoria das condições de trabalho e por um rumo diferente para o País, tem sido determinante para combater a intenção de desregular horários, atropelar direitos, promover despedimentos, bloquear a contratação colectiva e limitar a acção sindical. --

Há mais de uma década que os trabalhadores da Administração Pública Central, Regional e Local têm sido massacrados com a retirada de direitos, rendimentos e com a intensificação dos ritmos de trabalho. O congelamento de salários, a não regulamentação e aplicação do suplemento de penosidade, insalubridade e risco, apesar de legalmente consagrado desde 1998 (Decreto-Lei nº 53-A/98, de 11 de Março), a dupla penalização aos trabalhadores vítimas de acidente de serviço e/ou doença profissional na acumulação da respectiva pensão ou ainda os vínculos precários que impedem o acesso dos trabalhadores ao direito a ter direitos, contribuem para um retrocesso na vida daqueles que todos os dias prestam um serviço público e aos quais batemos palmas por reconhecermos que são indispensáveis. Sempre foram. -----

No passado dia 20 de Novembro, milhares de trabalhadores, de norte a sul do país, dos sectores público e privado, participaram na Manifestação Nacional convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), sob o lema “Avançar é preciso”, provando que é urgente mudar. É necessária uma política mais justa, uma maior valorização do trabalho e dos trabalhadores; a promoção de serviços públicos de qualidade e um combate sério à precariedade no emprego. É urgente revogar as normas gravosas da legislação laboral, nomeadamente a norma da caducidade da contratação colectiva. É justo e necessário valorizar aqueles que desempenham um papel fundamental na defesa dos interesses públicos e do poder local.-



Desta forma, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida a 30 de Dezembro de 2021, delibere: -----

- *Saudar a CGTP-IN, pela convocação da Manifestação Nacional “Avançar é preciso” e os milhares de trabalhadores que nesta participaram; -----*
- *Solidarizar-se com a luta dos trabalhadores pelo aumento geral dos salários, pelas 35 horas para todos os trabalhadores, pelo combate à precariedade, por serviços públicos de qualidade e pela defesa da contratação colectiva; -----*
- *Dar conhecimento desta saudação à CGTP-IN; -----*
- *Saudar de forma especial os trabalhadores da Junta de Freguesia da Penha de França, perante quem reafirmamos o compromisso de tudo fazer pela valorização, dignificação e melhoria contínua das condições em que exercem as suas funções, dando um contributo inestimável para o bem comum de todos os que vivem, trabalham, estudam e passeiam pela Penha de França.” -----*

O PS pediu que a votação desta Saudação fosse feita Ponto por Ponto. -----

Ponto nº1	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	-	3	-	-	2	-	-	-
Votos contra	7	-	2	2	-	1	1	1
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

O Ponto nº1 foi **reprovado por maioria** -----

Ponto nº2	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	-	3	2	2	2	1	1	1
Votos contra	7	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

O Ponto nº2 foi **aprovado por maioria** -----

Ponto nº3	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	-	3	-	-	2	-	-	-
Votos contra	7	-	2	2	-	1	1	1
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

O Ponto nº3 foi **reprovado por maioria** -----



Ponto nº4	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3	2	2	2	1	1	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

O Ponto nº4 foi *aprovado por unanimidade* -----

A Saudação nº2, “*Voto de Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)*”, apresentada pelo BE, que constava do seguinte: -----

“*O 25 de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o dia Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, em Portugal, tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres.* -----

Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar o país. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) mais recente, apesar de ter diminuído face ao ano anterior, em 2020 a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal, representando 85% das mais de 27 mil queixas por violência doméstica. Sendo que do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres e raparigas (75%), enquanto que a maioria dos denunciados são homens (81,4%). -----

A estes registos faltam todos os casos que ficaram em silêncio. A pandemia colocou muitas mulheres confinadas com os seus agressores. No estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (VD@COVID19) 15% dos participantes reportaram que houve violência doméstica em sua casa e 34% das pessoas inquiridas que foram vítimas de violência doméstica declaram tratar-se de uma primeira agressão. -----

A marca de género na violência sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, conforme demonstra o RASI 2021. Ao nível dos crimes de violação, 99,1% dos arguidos são homens e 92,3% das vítimas são mulheres. Nos casos de abuso sexual de menores, 92,9% dos arguidos são homens e as suas vítimas correspondem a 76,9% de raparigas e 23,1% de rapazes. -----

Acresce que as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas violências. Sendo de referir a situação particularmente preocupante das



mulheres trans. O Trans Murder Monitoring registou a nível mundial 350 pessoas trans assassinadas no ano em 2019, 98% das quais do género feminino, 50% imigrantes. -----

Em Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR) registou em 2020: 35 mulheres assassinadas, tendo sido 19 vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e 16 mulheres assassinadas noutros contextos. E recorda cada uma delas: Ana Mafalda Teles, Ana Maria Melo, Arminda Monteiro, Beatriz Lebre, Carla Barbosa, Celeste Paiva, Cláudia Gomes, Deolinda Lopes, Eduarda Graça, Eugénia, Floripes Machado, Francelina Santos, Iris Abas, Isabel Velez, Jasmina Löfgren, Lúcia Rodrigues, Manuela Viana, Maria Costa, Maria da Graça Ferreira, Maria de Lurdes Gomes, Maria Isabel Fonseca, Maria Isabel Salgado Martins, Maria Lúcia Santana, Maria Nazaré, Marta Figueiredo, Nadiya Ferrão, Não Identificada, Nazaré Santos, Paula Alves, Paula Cunha, Rosa Novais, Sílvia Damião, Teresa Fernandes, Tereza Paulo, Valentina Fonseca. -----

A Assembleia de Freguesia da Penha de França saúda as iniciativas do dia 25 de Novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência.” -----

A Saudação n.º2 obteve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3	2	2	2	1	1	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

A Saudação n.º2 foi aprovada por unanimidade -----

A Moção n.º1 “Portal da Transparência”, apresentada pelo CDS/PP, e cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“A política no século XXI é cada vez mais escrutinada quer a nível nacional, bem como local. -----

Os políticos são a voz activa dos seus eleitores, tendo á sua disposição uma miríade de ferramentas de divulgação das suas reivindicações e preocupações maiores. -----

Nessa perspectiva os eleitos do CDS/PP na Assembleia de Freguesia da Penha de França propõem a criação de um “Portal da Transparência”. -----



É fundamental para os fregueses saberem que, os políticos que escolheram para governar o poder local façam uma boa gestão do erário público. -----

A pergunta que se impõe sempre é: de que forma a Junta de Freguesia aplica o orçamento, como? Em quê? Porquê? Quais as verbas investidas? -----

O Portal da Transparência é uma ferramenta rápida e eficiente de fazer chegar aos fregueses, a informação referente às políticas da Junta de Freguesia que envolvam verbas investidas ou somente parcerias entre entidades, investimento em equipamentos, pagamentos e remunerações de serviços, entre outras políticas locais. -----

O eleitor da freguesia consegue assim perceber e avaliar todas as políticas locais, quer seja o complexo investimento na manutenção da higiene urbana ou a atribuição de um cabaz de Natal, este ou qualquer outro investimento de valor mais reduzido. -----

Desta forma o freguês conseguirá estar a par de todas as políticas, sendo uma forma de confiar e acreditar nos políticos que o representam. -----

O Portal da Transparência é também um incentivo para diminuir a abstenção eleitoral. Devolve a confiança a uma classe política tão desacreditada perante os eleitores, os mesmos nem se motivam a exercer o seu direito fundamental numa sociedade que lutou pela liberdade e o direito democrático ao voto. -----

Nessa perspetiva, os eleitos do CDS-PP propõem à Assembleia de Freguesia da Penha de França que delibere: -----

Criação de um espaço no site da Junta de Freguesia denominado: “Portal da Transparência” onde sejam divulgadas todas as políticas, protocolos, parcerias, investimentos que envolvam todas as verbas gastas pela junta; bem como todos os contratos de delegação de competências, entre outros de interesse público.” -----

*A **Moção nº1** obteve a seguinte votação: -----*

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	-	2	2	2	1	1	1
Votos contra	-	3	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

*A **Moção nº1** foi **aprovada por maioria** -----*

*A Deputada **Joana Amaral Grilo**, do BE, como Declaração de Voto, indicou que já tinha solicitado ao Executivo que além do indicado naquela Moção fossem, também, colocadas as indicações de processos em fase de consulta. -----*



A **Recomendação n.º1**, “*Participação Cívica*”, apresentada pelo CDS/PP, que constava do seguinte: -----

“Nos últimos anos a democracia participativa tornou-se uma realidade e ganhou estatuto, como provam as dezenas de petições e outras iniciativas provenientes da sociedade, quer através de grupos organizados, com características formais ou informais, ou pela voz do cidadão comum. -----

Este processo é demonstrativo do interesse que as políticas locais têm suscitado e deve ser incentivado pelos órgãos autárquicos, de forma a envolverem os cidadãos nas decisões das propostas locais, com vista a reduzir a abstenção e envolvendo a população numa postura proativa de pensar e construir a sua freguesia. -----

Envolver ativamente os grupos organizados representativos da Freguesia, como associações de moradores, grupos de vizinhos, clubes e outras forças vivas, na ação do executivo é um sinal de modernidade e de contacto permanente com os problemas que assolam as Comunidades. -----

Nesse sentido, os eleitos do CDS-PP propõem à Assembleia de Freguesia da Penha de França que delibere: -----

- *Criar uma Assembleia Consultiva de Fregueses que reúna, pelo menos, duas vezes ao ano; -----*
- *Que a Comissão Permanente de líderes de bancada redija um Regimento próprio, para o efeito.” -----*

A **Recomendação n.º1** obteve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	-	-	2	2	-	-	1	-
Votos contra	7	3	-	-	-	1	-	1
Abstenção	-	-	-	-	2	-	-	-

A **Recomendação n.º1** foi **reprovada por maioria** -----

A Deputada **Joana Amaral Grilo**, do BE, como Declaração de Voto, indicou que, o BE se tinha absterido apesar de concordar com o princípio base da Recomendação, mas que a mesma iria replicar vários meios já existentes, sugerindo antes que as reuniões do CLAS fossem mais públicas e transparentes de forma a poderem ser mais participadas. -----



A **Recomendação n.º2**, apresentada pelo Chega, que constava do seguinte: -----

“Tendo em consideração que a moção apresentada pelo movimento de independentes Mais Penha e São João subscrita por 5 forças políticas e aprovada por maioria, apenas com voto contra do PS - Partido Socialista, na Assembleia de Freguesia em 30 de junho de 2014 (conforme ata) permitiu incluir a coluna de opinião na revista “Penha” a todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia; -----

Tendo em consideração que a Direção da revista “Penha”, propriedade da Junta de Freguesia da Penha de França, manteve a excelente prática democrática de incluir a coluna de opinião a todas as forças políticas a qual aproveitamos para congratular; ---

Tendo em consideração que o limite de 2500 caracteres + título é escasso para apresentar um artigo de opinião consistente; -----

A Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida a 30 de Dezembro de 2021, recomenda à Sra. Diretora da revista “Penha” (Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França) que: -----

A coluna de opinião, para cada força política, seja semelhante à página reservada ao editorial e haja outra página para informação da Assembleia de Freguesia.” -----

A **Recomendação n.º2** obteve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	-	-	2	2	-	-	1	-
Votos contra	7	3	-	-	-	1	-	-
Abstenção	-	-	-	-	2	-	-	1

A **Recomendação n.º2** foi **reprovada por maioria** -----

A **Proposta n.º1**, “**Constituição da Comissão Permanente do Ambiente e Sustentabilidade**”, apresenta pela CDU, e com as devidas correções acordadas, constava do seguinte: -----

“A humanidade enfrenta sérios desafios ambientais sendo fundamental ter como prioridade a mitigação e adaptação às alterações climáticas, a preservação da biodiversidade, a gestão de recursos naturais numa base de sustentabilidade, a preservação dos solos, a protecção e valorização dos espaços verdes, a redução da poluição, entre outros aspectos. Sendo este um problema para o qual cada vez um maior número de pessoas se encontra sensível, importa desde logo começar a nível local por



um trabalho efectivo de observação e estudo desta problemática, bem como da sensibilização e desenvolvimento de acções concretas. -----

O desenvolvimento sustentável deve ser uma prioridade e estar presente nas várias áreas da sociedade, desde o nível mais global ao local, contribuindo para a qualidade de vida na cidade e, em concreto, na Freguesia da Penha de França. -----

Com efeito, o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, tal como consagrado na Constituição da República Portuguesa, é um pilar determinante para a qualidade de vida dos cidadãos. -----

Desta forma, e tendo em conta a existência de Comissões Permanentes da Assembleia de Freguesia da Penha de França, importa que estas matérias possam ser devidamente acompanhadas no seio de uma Comissão que tenha como incumbência acompanhar, apreciar e pronunciar-se sobre estes temas tão fundamentais para o nosso dia-a-dia. Estes temas tão prementes devem poder ser devidamente enquadrados numa Comissão própria, dada a sua interrelação, e que permita a prossecução de acções continuadas e não espartilhadas entre as restantes comissões, numa visão consciente da impossibilidade de tratamento de uma área sem envolvimento das restantes, uma visão integrativa e consciente dos problemas a que urge dar resposta. -----

Áreas de acompanhamento da Comissão Permanente do Ambiente e Sustentabilidade:-----

- o Espaços Verdes; -----*
- o Poluição; -----*
- o Desenvolvimento Sustentável. -----*

Neste sentido, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º6 do art. 4.º, na alínea g) do art. 17.º e no art. 62.º do Regimento, a Assembleia de Freguesia da Penha de França delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos da CDU, a constituição da Comissão Permanente do Ambiente e Sustentabilidade.” -----

A Proposta nº1 obteve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	5	3	-	-	2	1	1	1
Votos contra	2	-	2	2	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

A Proposta nº1 foi aprovada por maioria -----



A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia*, como Declaração de Voto, indicou que tinha sido acordada a constituição de várias Comissões Permanentes na reunião da Comissão Permanente de Líderes, e que tinham vindo a plenário, e dado que os espaços verdes e a sustentabilidade já se encontravam na alçada de outra Comissão, não podia votar favoravelmente, e em consciência, a constituição de uma Comissão que não tinha sido aprovada em Comissão de Líderes. -----

----- **PONTO NÚMERO QUATRO** -----

Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de 1 de julho a 31 de outubro de 2021 e Informação Financeira de 01 de janeiro a 31 de outubro de 2021

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, indicou que a Informação escrita era detalhada e falava por si própria, ficando à disposição para prestar os esclarecimentos que os Senhores Deputados achassem necessários. -----

Referiu que a execução do Orçamento da Receita rondava os 87% e a execução do Orçamento da Despesa rondava os 70%, tendo havido um aumento do lado da Receita que tinha a ver com as transferências provenientes da CML, um aumento do FES e fim dos CDC 2019-2021, e um correspondente aumento do lado da despesa que tinha a ver com a finalização do pacote de CDC's. -----

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia* recordou os tempos de intervenção das diversas Forças Políticas e do Executivo. -----

O Deputado *Pedro Cardoso*, do CDS/PP, referiu que, como ponto prévio, pretendia esclarecer e clarificar a Deputada do BE, Joana Grilo, que a CLAS – Comissão Local de Ação Social – tinha objetivos distintos e que tinha a ver com a cidade de Lisboa, e que no âmbito das Freguesias funcionavam as Comissões Sociais de Freguesia, podendo as Associações estar, ou não, representadas no CLAS, e que também tinham objetivos distintos, não tendo uma Assembleia consultiva nada a ver com a CLAS nem com uma CSF. -----

Relativamente à Informação Escrita, recordou que já tinha sido eleito no Mandato anterior e como tal tinha reparado num aumento enorme do ativismo, no período visado,



o que o tinha surpreendido, sem que a pandemia servisse de desculpa para tudo, estado antes impedidos de realizar alguma atividade. -----

Referiu que na área da Cultura continuavam a ter uma mão-cheia de nada, o que mostrava que não era uma prioridade para aquele Executivo. -----

Relativamente ao Desenvolvimento Social, referiu que pretendia esclarecer alguns pontos. -----

Reportando-se à resposta alimentar de refeições confeccionadas, cuja informação estava em falta, indicou que estava ao abrigo de um protocolo com a CML, sendo confeccionadas pelo Centro Paroquial da Penha de França e distribuídas pela Junta de Freguesia, havendo um ponto no regime extraordinário daquele apoio alimentar que dizia respeito à restauração local. -----

Indicou que continuava sem ver qual era a ação daquele Desenvolvimento Social, apesar de estar patente um excesso de ativismo na Informação Escrita sem que tivessem uma avaliação do mesmo, e como tal questionou qual era o impacto social que aquele ativismo tinha. -----

Sugeriu que fosse feito um estudo do impacto social da atividade do Desenvolvimento Social, indicando que possivelmente o CDS/PP apresentaria, de futuro, uma Moção naquele sentido, percebendo-se o retorno do ponto de vista financeiro mas desconhecendo-se qual era o empoderamento que se dava às pessoas e qual era, de facto, o desenvolvimento social, uma vez que o CDS/PP não se identificava com a postura que o PS tinha ao achar que Desenvolvimento Social era o trabalho em parceria, e como tal também não entendia o que era aquele novo pelouro da Participação e Inclusão, solicitando esclarecimentos sobre o porquê daquela área ter saído do Desenvolvimento Social. -----

Referiu que o trabalho comunitário não fazia parte do Desenvolvimento Social, e tal nunca podia ser afirmado. -----

Solicitou esclarecimentos sobre quem realizava os atendimentos e os diagnósticos sociais das ações, porque não raras as vezes lhe diziam que os mesmo eram feitos pela Vogal da Freguesia, acompanhada por uma técnica. Naquele sentido questionou qual era a competência da Vogal para fazer um atendimento social e apresentar um diagnóstico. -



Dado o excesso de ativismo que aquele Desenvolvimento Social tinha, e dada a documentação que o CDS tinha solicitado de forma a poder escrutinar, indicou que tinha verificado um excesso de recibos verdes na área da Ação Social, e uma vez que a Junta assumia que a atividade do Desenvolvimento social era presente, com autoridade hierárquica e com horário para cumprir, questionou a razão pela qual os Assistentes Sociais estavam a recibos verdes e não eram trabalhadores da Junta. -----

Questionou qual era a intervenção do Executivo no projeto intergeracional do Bairro Horizonte, admitindo que o quadro na Informação Escrita ficava bonito. -----

Solicitou esclarecimentos sobre a preparação individualizada da medicação, nomeadamente quem dava a referida medicação, quem supervisionava a toma daquela medicação, se as pessoas estavam sozinhas ou acompanhadas, e questionou como podia o Executivo afirmar que tinha melhorado o resultado terapêutico, tendo o projeto começado, curiosamente, no início de setembro, e questionou ainda quais eram os pressupostos do projeto e quem fazia a avaliação económica, sendo da opinião que aquela informação devia constar na Informação Escrita de forma a evitar falsos pressupostos. --

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** indicou que o CDS/PP tinha quase esgotado todo o seu tempo restando-lhe apenas 50 segundos para intervir. -----

A Deputada **Lourdes Borges**, do PSD, questionou como era feito o planeamento interno da limpeza das ruas, nomeadamente quanto à frequência, uma vez que as ruas estavam tão porcas que colocavam em causa a veracidade dos números apresentados. ---

O Deputado **Rui Seixas**, do BE, indicou que pretendia tecer alguns comentários relativos à Informação Escrita. -----

Elogiou a melhoria na apresentação de alguns dados do Desenvolvimento Social e Saúde, face ao mandato anterior, podendo ver-se a evolução dos números, o que era bastante positivo. -----

Referiu, tal como o Deputado Pedro Cardoso, do CDS/PP, que estavam elencadas algumas atividades que não eram realizadas pela Junta, indicando, também, o Projeto Diabetes no Bairro 2.0, um projeto bastante interessante realizado pela APDP nos bairros da Freguesia, sendo da opinião que não deviam ser incluídas na Informação Escrita atividades em que a Junta não tinha tido atividade preponderante. -----



Relativamente aos dados sobre o Posto Médico, voltou a elogiar a forma como estavam apresentados, mas referiu que os dados do serviço de enfermagem não mostravam a discrepância entre os tratamentos, compreendendo que a CoViD podia explicar parte dos números baixos, mas havia alguma discrepância entre a necessidade dos fregueses e da utilização feita pelos fregueses, necessitando aqueles números de aumentar. -----

Relativamente à atividade realizada pela Fundação Benfica, e dados os valores envolvidos, lembrou o compromisso de envio de um relatório periódico, e solicitou esclarecimentos sobre a discrepância do trabalho realizado. -----

A Deputada **Lourdes Borges**, do PSD, indicou que cederia 1 minuto e 30 segundos ao CDS/PP. -----

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS/PP, reiterou o que o PSD tinha referido sobre a higiene urbana, indicando que, mais uma vez, se tinham esquecido da Rua Cidade de Cardiff, que continuava num estado deplorável. -----

Indicou que não concordava com os valores gastos em comunicação nem com a pretensa repercussão de todas as atividades da Junta de Freguesia na Comunicação Social, tendo o CDS/PP escrutinado todos os gastos efetuados e tendo chegado à conclusão que toda a divulgação tinha sido paga e não tinha sido a Comunicação Social que tinha demonstrado interesse, devendo todo o dinheiro gasto nessa área ser devidamente escrutinado, havendo assessores de comunicação a trabalhar para a Junta o que evitava o gasto daqueles valores avultados. -----

Apelou às Forças Políticas a cedência de mais tempo de forma a poder esmiuçar aquela questão. -----

O Deputado **Renato Caldinhas**, do PSD, saudou todos os presentes, e indicou que não era fácil agradar a toda a gente, mas haviam alguns aspetos que necessitavam de ser melhorados. -----

Referiu que todas as atividades se centravam na Praça Paiva Couceiro, compreendendo que haviam poucos espaços de igual capacidade, mas que, no entanto, demonstrava alguma falta de criatividade, devendo haver alguma descentralização das atividades noutros pontos da Freguesia. -----

Solicitou esclarecimentos relativamente ao Projeto “*Penha à Mesa*”. -----



Questionou sobre a coesão da relação entre os voluntários e as entidades envolvidas no Bem-estar Animal e se era feita uma avaliação permanente do acompanhamento aos voluntários. -----

Indicou que a Junta estava a apoiar a população no passeio de cães cujos detentores não tinham possibilidade de o fazer e, no entanto, aquele projeto não tinha nome e que era bastante válido. -----

Relativamente aos novos abrigos para os gatos, alertou que os que tinham sido colocados anteriormente não eram funcionais e que os novos necessitavam de ser alterados. -----

Relativamente ao Parque Canino, sugeriu a utilização da rotunda de Chelas como localização da construção. -----

Indagou onde era armazenada a comida recolhida através de campanhas de donativos, nomeadamente feitas pela Animal Life, e se a gestão era feita pelos voluntários. -----

Relativamente ao Espaço Penha Jovem, uma vez que não funcionava nem nas escolas nem na autarquia, questionou se os Clubes da Freguesia não podiam ser envolvidos no processo. -----

Relativamente à Cultura, sugeriu que fosse dado algum apoio aos artistas, nomeadamente com a realização de feiras e exposições online. -----

Sugeriu que se criasse mais ligação entre as escolas e os Clubes da Freguesia. -----

Relativamente ao Desporto, com as limitações existentes em contexto de pandemia, causava-lhe alguma estranheza que a Junta não desenvolvesse atividades ao ar livre. ----

A Deputada **Joana Grilo**, do BE, questionou se o valor do FES tinha sido utilizado na sua totalidade, uma vez que os valores apresentados pareciam poucos em comparação com outras Freguesias, tendo em conta a pandemia e a necessidade de apoio às famílias. -----

A Deputada **Idália Tiago**, da CDU, indicou que quem lesse o documento e desconhecesse a realidade da Freguesia acharia que tudo estava bem e que não haviam quaisquer problemas. -----

Referiu que no documento havia a referência a medidas semi avulsas e a definições dos grupos e projetos, carecendo de ser ajustado à realidade e não em tamanho, parecendo mais um plano de trabalho desconexo e sem estratégia do que um balanço sério do que tinha sido feito. -----



Referiu que haviam várias áreas em que a CDU achava necessário clarificar os critérios utilizados. -----

Relativamente às questões sociais, importava clarificar quem definia o quê, quem eram as pessoas a quem se atribuíam os apoios, de que forma, quem dava, porque é que davam àqueles e não a outros. -----

Relativamente ao apoio ao Associativismo, importava clarificar quem estava em condições de ser eleito, quais eram as associações que podiam concorrer, quais os apoios que a Junta tinha para dar, quais eram os critérios utilizados para selecionar as associações elegíveis. -----

Indicou que era importante regulamentar aquela atribuição de apoios, com critérios claros, de forma à Assembleia poder perceber se estava, ou não, a correr bem. -----

Indicou que os três parágrafos dedicados à Cultura demonstravam claramente a estratégia da Junta em relação àquela área. -----

Relativamente à Comissão Social de Freguesia, referiu que a informação que tinha chegado à CDU era de que a Comissão não funcionava nem reunia, havendo a referência de que a mesma existia desde 2014, e questionou de que forma estava a Comissão a trabalhar e quais as datas das reuniões, concluindo não haver dados para avaliar o trabalho realizado. -----

Relativamente ao Grupo de Parceiros da Quinta do Lavrado, a CDU considerava preocupante que achassem necessário fazer um levantamento sobre o que se passava na Quinta do Lavrado e que a prioridade fosse atualizar o diagnóstico, e questionou se o Executivo não sabia o que se passava na Quinta do Lavrado e se ouvia a população que lá morava e os seus problemas, uma vez que o bairro estava ao abandono e que as dificuldades eram gritantes, não sendo necessário fazer grandes estudos ou análises nem criar grupos de trabalho e se os estudos estavam apenas a ser feitos naquela altura algo estava mal, considerado mais importante ir ouvir as pessoas e resolver os seus problemas.-

O Deputado **Luís Matias**, do Chega, indagou qual a previsão da conclusão de duas obras, uma junto à Escola António Arroio, e a outra na Rua Nery Delgado. -----

Reportando-se à questão dos sem-abrigo e ao seu encaminhamento, indicou que o número de sem-abrigo na Freguesia tinha aumentado nos últimos anos, algo que era visível a quem percorria as ruas da Freguesia. -----



Apelou à Senhora Presidente de Junta, tendo em conta as poucas atividades culturais da Freguesia, que exigisse à CML a criação de um polo cultural na Freguesia que servisse, realmente, a cultura, o que mexeria com várias áreas em benefício da Freguesia. -----

Relativamente à Comunicação, nomeadamente à Revista Penha de dezembro, indicou que quando a Senhora Presidente dizia que “*mais nenhuma Força quis assumir responsabilidades governativas*”, indicou que o Chega assumiria sempre aquela responsabilidade, tendo ficado bem espelhado, anteriormente, que as Forças Políticas que achavam que 2500 caracteres eram suficientes para se exprimirem tinham legitimado a governação a solo do Partido Socialista sem que tivesse tido maioria absoluta. -----

Relativamente ao projeto Penha Empreende, projeto que sempre tinha congratulado, indagou se era possível fazer chegar aos eleitos uma apresentação exaustiva de todas as situações, e quais os sucessos, desde o início do mesmo. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que responderia pela ordem em que as questões tinham sido colocadas. -----

Relativamente aos programas de confeção e distribuição de refeições, indicou que eram programas da CML e que tal facto nunca tinha sido escondido pela Junta. -----

Indicou que o impacto social que a Junta sentia era grande, especialmente desde o alargamento do âmbito do FES a todos os moradores da Freguesia. -----

Relativamente aos atendimentos sociais, indicou que, tal como tinha sido dito, o atendimento era feito pela Vogal em conjunto com uma técnica, sendo aquele o formato mais correto. -----

Relativamente à inclusão dos Assistentes Sociais no quadro, concordou ser uma questão pertinente e como tal iria considerar uma futura alteração ao Mapa de Pessoal naquele sentido. -----

Relativamente ao Bairro Horizonte, indicou que a Junta, em conjunto com a CML, tinha vindo a fazer uma requalificação do bairro, tendo o Governo desencadeado procedimentos de legalização do mesmo, tendo a Junta reivindicado, durante muito tempo, uma estrada de ligação ao bairro do Alto do Pina, que se tinha concretizado fazia pouco tempo. Indicou que a Junta tinha igualmente reivindicado a requalificação das infraestruturas, e a construção do parque infantil estava em curso, dando a Junta toda a



atenção àquele bairro na medida da que era possível dar a um bairro de génese diferente de todos os outros. -----

Relativamente ao projeto de preparação da medicação indicou que era um projeto que tinha sido preparado em conjunto com as Unidade de Saúde e farmácias da Freguesia, sendo as farmácias que levavam a cabo a preparação da medicação, custeando a Junta o preço da embalagem a quem apresentasse carência económica, esclarecendo que o projeto já existia, mas que apenas estava acessível a quem o pagasse. Explanou que o processo tinha sido preparado entre as partes envolvidas anteriormente, mas que a Junta tinha tido o cuidado de só o implementar após as eleições para evitar quaisquer noções de medidas eleitoralistas. -----

Relativamente às questões sobre a higiene urbana, indicou que as ruas da Freguesia já vinham divididas em cantões, aquando da Reforma Administrativa, tendo a Junta continuado a seguir aquelas orientações e que tinham a ver com o tráfego nas ruas, tendo as ruas com mais movimento uma maior limpeza, mas confessou que haviam outras causas envolvidas e não só a falta de civismo das pessoas, nomeadamente o tipo de árvores existentes e a idade das calçadas, procurando a Junta, continuamente, melhorar a higiene urbana. -----

Relativamente às atividades económicas indicou que as atividades não eram apenas realizadas na Praça Paiva Couceiro, mas também no Mercado de Sapadores e na Alameda, tentando a Junta diversificar ao máximo os espaços, concordando que a Praça Paiva Couceiro era o ponto mais central da Freguesia. -----

Relativamente ao “*Penha à Mesa*” esclareceu que tinha sido uma tentativa de revitalização da restauração na Freguesia e do seu tecido empresarial, incentivando os restaurantes a produzirem pratos novos que levassem as pessoas a procurarem-nas, não tendo havido qualquer custo para os restaurantes e servindo de forma de divulgação. ----

Relativamente às doações da Animal Life, referiu que as mesmas ficavam armazenadas no Mercado de Sapadores e era doseado pelas colónias de acordo com a necessidade das mesmas. Indicou que os voluntários eram volúveis, dependendo da sua boa vontade e disponibilidade, tendo sido algo difícil de gerir durante o período da pandemia, o que era compreensível. -----



Relativamente à configuração dos abrigos indicou que as mesmas estavam dependentes do que os especialistas davam como indicado para os gatos se sentirem protegidos e abrigados das intempéries. -----

Relativamente às questões sobre a Cultura, indicou que a Junta já tinha oficiado a CML no sentido de que fosse construída uma Sede nova para a Junta com um auditório incluído, o que fazia todo o sentido na Freguesia. -----

Relativamente às questões sobre a Comunicação e divulgação e o impacto das iniciativas, referiu que algumas atividades, pela sua especificidade, chamassem mais o interesse da Comunicação Social, estando o mercado da comunicação social dependente da realização de atividades e de publicidade institucional, sabendo a Junta promover atividades que tivessem o interesse da comunicação social. -----

Relativamente à APD, indicou que a mesma tinha surgido através de um programa BIP/ZIP e não por iniciativa da Junta de Freguesia, sendo que a ação da Junta era levar a Associação aos locais que se entendiam haver pessoas que podiam beneficiar daqueles rastreios, bem como levar os rastreios a todas as atividades realizadas pela Junta, nomeadamente onde estavam idosos e pessoas de famílias carenciadas. -----

Relativamente à Fundação Benfica indicou que os dados presentes no documento se reportavam ao período do mesmo, e que, tomando boa nota das críticas que tinham sido feitas, informou que a Junta não tinha continuado com aquele projeto, apesar dos seus resultados positivos, no entanto havia quem defendesse que o mesmo devia ser financiado pela CML como mais uma ferramenta de combate ao abandono e ao insucesso escolar. -

Relativamente aos critérios de atribuição de apoios sociais indicou que existia um Regulamento publicado em Diário da República, sendo aquele Regulamento que norteava as atribuições de apoios. -----

Relativamente ao FES indicou que a Junta tinha em consideração, para todos os casos, as instruções da CML para o efeito. -----

Relativamente à Quinta do Lavrado indicou que o Executivo estava presente todos os dias, mas que, no entanto, a realidade era dinâmica e como tal tinham de estar atentos às evoluções que aconteciam num bairro municipal, tendo havido alterações recentes de parceiros o que tinha levado à realização de novas reuniões de forma a serem integrados no seio da comunidade e dos outros parceiros. -----



Relativamente à obra na Rua Nery Delgado, indicou tratar-se de uma obra municipal, que a Junta acompanhava, e que possivelmente iria terminar em fevereiro. -----

Relativamente à sinalização dos sem abrigo, indicou que as pessoas sem abrigo eram uma população flutuante e sempre que surgia um novo caso o mesmo era sinalizado junto das equipas, que intervinha, mas dependia sempre da vontade do sem abrigo de ser ajudado. -----

Relativamente ao Penha Empreende indicou que ira pedir a compilação dos dados para posterior envio de forma a poderem tomar conhecimento do trabalho desenvolvido. ----

O Deputado **Pedro Cardoso**, do CDS/PP, solicitou a cedência de tempo de forma a poder esclarecer alguns pontos. -----

A Deputada **Elisabete Claro**, do PAN, indicou que cederia um minuto e meio ao CDS/PP. -----

O Deputado **Pedro Cardoso**, do CDS/PP, agradeceu ao PAN, e evidenciou que o impacto social era grande, mas que continuavam num vazio sem saber quantas pessoas eram apoiadas nem como o projeto era monitorizado ou supervisionado. -----

Declarou ser bastante grave, do ponto de vista ético e profissional, assumir que a Vogal tinha de estar presente nos atendimentos sociais, e referiu que não era da sua lavra dar parecer jurídicos nem mudar pensos, havendo diferenças entre competência política e competência técnica, e não lhe parecia que a Vogal tivesse competência para fazer o diagnóstico das situações de carência económica e de vulnerabilidade, e questionou qual era a competência técnica que a Vogal do Desenvolvimento Social tinha para assistir a um atendimento social e, eventualmente, fazer um diagnóstico. -----

Indicou que subscrevia, em absoluto, o que a Deputada da CDU, Idália Tiago, tinha referido sobre a Quinta do Lavrado, e alertou a Senhora Presidente para o facto de que havia diferença entre olhar e ver, e era importante esclarecer qual era a estratégia que o Executivo queria ter para o Desenvolvimento Social. -----

Reiterou a gravidade da presença da Vogal nos atendimentos sociais, ilustrando a diferença entre um técnico fazer o atendimento, o diagnóstico e a emissão de um parecer para um político decidir e estarem presentes os dois, a par e passo, como se fossem iguais, que não o eram. -----



A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que a Senhora Vogal tinha a legitimidade política para fazer os atendimentos e fazia-se acompanhar por uma assistente social, referindo que muitas pessoas com questões sociais procuravam ser atendidos pelos políticos e pelos eleitos, mas em última instância a avaliação era feita pela técnica e ratificada pela Vogal, reiterou que a Vogal não fazia os atendimentos sozinha, estando sempre acompanhada pela assistente social, e na opinião do Executivo que era assim que deveria ser. -----

----- **PONTO NÚMERO CINCO** -----

Ratificação das Comissões da Assembleia de Freguesia

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia**, indicou que, após a sua aprovação no PAOD, havia a sobreposição de competências de uma das Comissões, nomeadamente a Comissão Permanente de Urbanismo, Gestão Territorial e Sustentabilidade, tendo o plenário aprovada a constituição da Comissão Permanente de Ambiente e Sustentabilidade. Naquele sentido propôs que se retirasse a “sustentabilidade” da CPUGTS, na medida em que tinha sido aprovada uma Comissão específica com aquela competência. Indicou que aquela Comissão iria ser coordenada pela Senhora Deputada Joana Amaral Grilo, do BE. -----

A Deputada **Joana Amaral Grilo**, do BE, indicou que na sua opinião não se tratava de uma sobreposição total, havendo lógicas diferentes no tratamento à escala, mas deixaria à consideração do plenário, mas tendo em consideração a implementação do corredor ecológico, e de todos os elementos envolvidos, era de uma escala diferente dos pressupostos pretendidos pela CDU. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia**, indicou que iria colocar à aprovação a constituição das Comissões tal e qual como tinham sido decididas em Sede da Comissão de Líderes. -----

A Deputada **Idália Tiago**, da CDU, indicou que uma das formas de aproximarem a população da participação era valorizar a Assembleia de Freguesia, e isso significava não atribuir mais importância à CPL do que aquela que ela tinha, referindo que as Comissões iam ser aprovadas e não ratificadas, uma vez que as Comissões não estavam em



funcionamento, e vinham à Assembleia sob proposta da CPL, sendo a Assembleia que tinha o papel de as aprovar. -----

Relativamente ao nome da CPL, indicou que o próprio Regimento aprovava a criação de uma Comissão Permanente de Representantes, sendo aquele o nome que devia constar a não ser que houvesse uma proposta de alteração de nome. -----

Referiu que era importante as atas das Comissões serem públicas, de forma a que a população soubesse o que se passava nas reuniões das Comissões, de forma a fomentar a transparência e de aproximar a população ao trabalho dos eleitos. -----

Indicou que a CDU não concordava que a Comissão de Representantes abarcasse as tarefas de uma outra comissão extinta, não vendo qual era a vantagem prática daquela fusão, e caso não houvesse uma explicação viável, a CDU manteria a sua posição. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia**, indicou que iria colocar à votação as Comissões que tinham sido aprovadas em plenário da Comissão Permanente de Líderes, e que tinham vindo, como seria de esperar, à Assembleia de Freguesia de forma a serem ratificadas. -----

O Deputado **António Neira Nunes**, do PS, indagou o nome da Comissão proposta pela CDU, uma vez que tinha ficado sem som e sem imagem devido a questões técnicas. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que tinha sido aprovada a constituição daquela Comissão com o nome “*Comissão Permanente de Ambiente e Sustentabilidade*”, na medida em que tinha sido retirado o “Bem-estar Animal”. -----

Indicou quais eram as Comissões propostas. -----

A **Comissão Permanente de Líderes, Finanças, Património, Recursos Humanos e Contratação Pública Externa** – CPL – coordenada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia; -----

A **Comissão Permanente de Educação, Cultura, Juventude, Associativismo e Desporto** – CPECJAD – coordenada pela Deputada Maria de Lourdes Borges, do PSD; -

A **Comissão Permanente de Urbanismo, Gestão Territorial e Sustentabilidade** – CPUGTS – coordenada pela Deputada Joana Amaral Grilo, do BE; -----

A **Comissão Permanente de Desenvolvimento Social, Diversidade, Inclusão e Saúde** – CPDSDIS – coordenada pelo Deputado Pedro Cardoso, do CDS/PP; -----



A *Comissão Permanente de Habitação e de Acompanhamento de Obras em Edifícios Municipais* – CPHAOEM – coordenada pelo Deputado António Neira Nunes, do PS; -----

A Deputada *Idália Tiago*, da CDU, solicitou que a constituição de cada uma das Comissões fosse votada individualmente. -----

Não havendo qualquer manifestação em contrário, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a constituição das Comissões da Assembleia de Freguesia.-

CPHAOEM	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3	2	2	2	1	1	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

A constituição da Comissão foi *aprovada por unanimidade* -----

CPUGTS	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3	1	2	2	1	1	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

A constituição da Comissão foi *aprovada por unanimidade* -----

A Deputada *Sofia Peralta*, do CDS/PP, não participou na votação por questões de ordem técnica. -----

CPDSDIS	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3	1	2	2	1	1	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

A constituição da Comissão foi *aprovada por unanimidade* -----

A Deputada *Sofia Peralta*, do CDS/PP, não participou na votação por questões de ordem técnica. -----



CPECJAD	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3	2	2	2	1	1	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

A constituição da Comissão foi *aprovada por unanimidade* -----

CPL	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	-	2	2	2	1	1	1
Votos contra	-	3	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

A constituição da Comissão foi *aprovada por maioria* -----

A Deputada **Idália Tiago**, da CDU, como Declaração de Voto, indicou não compreender como tinha sido aprovado algo que não era permitido pelo Regimento, uma vez que o próprio Regimento aprovava a constituição de uma Comissão de Representantes. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à votação a conclusão dos trabalhos, uma vez que já tinha sido ultrapassado o horário regimental para a conclusão da reunião. -----

Questionou o Executivo quanto à urgência dos pontos a discutir. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que o mais urgente era o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, mas que os restantes seriam de discussão célere. Solicitou que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano não fossem protelados para o ano seguinte. -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3	-	2	-	1	-	1
Votos contra	-	-	-	-	2	-	1	-
Abstenção	-	-	2	-	-	-	-	-

A conclusão dos trabalhos foi *aprovada por maioria* -----

O Deputado **Pedro Cardoso**, do CDS/PP, como Declaração de Voto, indicou que se a Sessão tivesse sido pré-programada não estariam já no limite de data para aquele desfogo, e concordava com o indicado pelo BE, uma vez que o Orçamento e as Opções do Plano eram documentos demasiado cruciais para os debaterem já com um nível de



cansaço enorme, o que poderia não permitir fazê-lo a lucidez necessária e como tal seria imprudente continuarem os trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SEIS

Proposta nº46/2021 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Sofia Oliveira Dias, indicou, muito sumariamente, que, relativamente ao Orçamento, havia uma ligeira redução da Receita devido à cessação de vários CDC's, sem que houvesse informação da CML quanto à continuidade dos Protocolos na área da higiene urbana, espaços verdes e ecopontos. ----

Indicou que, relativamente à Despesa, havia uma ligeira subida com gastos de pessoal, nomeadamente com o aumento das remunerações, e 15% com a aquisição de bens e serviços que tinha a ver com a assunção das responsabilidades da Piscina. -----

Indicou estarem asseguradas as disponibilidades financeiras para fazer face a todos os encargos de todas as atividades da Junta de Freguesia. -----

Relativamente às Grandes Opções do Plano, indicou que as prioridades do Executivo, para além da manutenção do que já existia, tinham uma clara opção de estreitar o contacto com a população, estreitar os laços de diálogo, estreitar as formas de contacto com o próprio Executivo, sendo disso exemplo o seu dia de atendimento fixo sem marcação e em horário laboral, constituindo a marcação algum constrangimento, bastando apenas aparecer. -----

Reforçou a ideia de que iriam insistir junto da CML quanto à necessidade de uma Sede, juntamente com o auditório, visto que teria de ser construído de raiz, onde poderiam ser realizadas as Sessões da Assembleias de Freguesia e atividades culturais. -----

Indicou que a continuação da propositura da requalificação da Rua Morais Soares era uma necessidade há muito sentida na Freguesia, e que tinha vindo a ser sucessivamente adiada, e tinha sido colocada na agenda, uma vez que era um projeto de interesse para as Freguesias da Penha de França e de Arroios e também para a cidade de Lisboa. -----

Indicou que continuavam a defender a necessidade de fazer um parque urbano no Vale de Santo António, mesmo que efémero, independentemente do que pudesse a vir a ser o futuro daquele vale, tratando-se de uma Freguesia com uma enorme carência de espaços verdes, estando todo o espaço desaproveitado. -----



Indicou que o Executivo iria continuar a acompanhar a requalificação da Parada do Alto de São João, estado já aprovado um concurso, mas ainda faltava muito para a requalificação ver a luz do dia, e iriam ver em que medida a requalificação podia ser conciliada com a construção do silo, e indicou que a Junta lhe daria a máxima atenção. -

Referiu que a Junta iria continuar a pugnar por ter mais equipamentos desportivos na Freguesia, tendo já recolocado aquela questão ao novo Executivo camarário. -----

Indicou que a Junta continuaria a pugnar para a construção de mais habitação com rendas acessíveis na Freguesia, havendo vários projetos em estudo. -----

Referiu que a Junta continuaria, também, a pugnar pela requalificação das infraestruturas da Vila Cândida, cuja degradação das infraestruturas preocupava o Executivo, tratando-se de um local onde habitavam muitas pessoas, cuja degradação impedia a utilização, lavagem e limpeza dos arruamentos. -----

Indicou que o Mapa de Pessoa que constava nos documentos era o mapa de pessoa que iria nortear as necessidades de pessoal da Junta no próximo ano. -----

O Deputado **Rui Seixas**, do BE, realçou as palavras da sua colega de bancada, Joana Grilo, bem como as do Deputado do CDS/PP, Pedro Cardoso, achando inadmissível que, havendo um Regimento que limitava os tempos de intervenção e a duração das Sessões da Assembleia de Freguesia, não fazia sentido prolongar as Sessões, devendo haver uma melhor organização dos trabalhos, não devendo os documentos mais importantes ser discutidos à pressa de forma a poder aprovar os documentos que definiam as diretrizes da Freguesia, não sendo útil nem frutuoso para ninguém, ficando todos a perder, tendo em conta que o Regimento era escrupulosamente cumprindo para umas coisas e pelos vistos não o era para outras. -----

Sugeriu que fosse feita apenas a discussão e votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, deixando os restantes pontos para outra Sessão da Assembleia. -----

Indicou que, na sua opinião, aquela impressão das Grandes Opções do Plano era dispensável, bastando a sua consulta digital. -----

Referiu que as premissas para o Desenvolvimento Social eram um déjà vu em relação ao mandato anterior, e não via nada de novo numa área onde era precisa uma constante inovação de forma a melhor servir a população, continuando os seus projetos a funcionar de igual forma limitada. -----



Voltou a apelar à divulgação da Bolsa Solidária Animal de forma a que a população soubesse quais as condições para recorrer à mesma. -----

Confessou-se, enquanto Freguês e Deputado, deveras triste relativamente à completa omissão do Posto Médico nas Opções do Plano, tratando-se de um dos projetos mais importantes da Freguesia, estando apenas a indicar a realização de rastreios na única página dedicada à Saúde. -----

Questionou em que se traduzia o “*reforço dos cuidados de saúde prestados à população*”, uma vez que não era perceptível, não retirando a importância aos rastreios, mas o Posto Médico não podia substituir a uma unidade de cuidados primários ou Centro de Saúde, uma vez que muitos rastreios careciam de seguimento. -----

Referiu que as atividades das áreas da Saúde e Social não passavam de redundâncias, com um desinvestimento marcado num ano que se adivinhava complexo e onde a Junta de Freguesia seria essencial no apoio aos idosos, a vários níveis, deixando-o preocupado pela saúde da Freguesia. -----

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS/PP, indicou, relativamente ao Orçamento, e do ponto de vista político, ser hipócrita dizer que com o novo presidente de Câmara iriam fazer imensas coisas, podendo ter sido feito antes, e referiu que não concordava com aquele tipo de discurso. -----

Relativamente ao teatro, recordou que o Executivo tinha acabado com as Oficinas de Teatro, que eram uma referência na cidade de Lisboa, e recordou que tinha sido pedido à Junta, imensas vezes, um espaço para desenvolver a cultura que nunca tinha sido cedido, mas agora com o novo Executivo da Câmara iam ter. Indicou que tinha havido um desinteresse em relação à Cultura, tendo acabado com um projeto pioneiro, o que não mostrava qualquer coerência naquele aspeto. -----

Relativamente à higiene urbana referiu que não via qualquer reforço no Orçamento para aquela área, havendo, no entanto, dinheiro mal gasto na área da Comunicação, sendo a sua área, pelo que podia avaliar os contratos contraídos. -----

Confessou não compreender como não tinha havido a vontade, no mandato anterior, de investir €5000 na Rede de Cuidadores, referindo o Protocolo, que iriam discutir posteriormente, com a Paróquia que tinha negado a implementação da Rede de



Cuidadores, mas que com o novo Executivo camarário iriam apostar na Rede de Cuidadores. -----

Indicou que como políticos deviam de ser sérios, não bastando colocar números em papéis nem devendo passar o ónus da responsabilidade para outras entidades. -----

O Deputado **Luís Matias**, do Chega, concordou com o indicado pelos Deputados do CDS/PP e do BE, e indicou que uma Sessão com tantos pontos na Ordem de Trabalhos não podia acontecer, sabendo de antemão que haveriam alguns que careciam de uma maior discussão, sugerindo a alteração do Regimento para que as Sessões terminassem à 01h00. -----

Questionou, relativamente à verba de Piscina, se havia algum limite em que seria incomportável manter a gestão da piscina e se tal limite fosse ultrapassado o plano seria devolvê-la à CML. -----

O Deputado **Pedro Cardoso**, do CDS/PP, confessou que gostava de ver os Deputados do PS a discutirem aquele Orçamento, considerando a sua participação importante em vez de ficarem apenas a olhar. -----

Indicou que havia um tempo para tudo, e por vezes era cortada a palavra quando excediam os trinta segundos ou ficavam questões por responder, o que considerava gravíssimo, tendo ficado uma questão importante por discutir no ponto anterior porque já não dispunha de tempo, e como tal indicou que a questão do âmbito das competências políticas e das competências técnicas iria ser debatida em Sede de Comissão, achando de extrema importância serem sérios e éticos no que tocava aos atendimentos sociais, devendo respeitar o sigilo profissional de cada profissão e não devassar a vida das pessoas ou diminuí-las à condição de pedintes. Declarou que iria batalhar aquela questão uma vez que considerava grave e abusivo daquilo que era a liberdade e os direitos fundamentais do Cidadão, e em especial daquele cidadão que recorria, em situação de vulnerabilidade, a um pedido de apoio. -----

Referiu que aquelas Opções do Plano demonstravam uma falta de estratégia, com coisas avulsas, podendo já o Executivo ter trabalhado algumas questões antes da alteração do Executivo Camarário. -----

Continuou classificando as Opções do Plano como uma cartilha cheia de boas intenções, lamentando que o Executivo não se continuasse a bater pelos parques



inclusivos, tendo construído apenas um num local escondido da Freguesia, em vez de terem dado o sinal e tê-lo construído no centro da Freguesia. -----

Indicou que o CDS/PP tinha apresentado uma proposta de um equipamento urbano inclusivo, lamentando que o Executivo não a tenha aproveitado e, no entanto, tinham criado um pelouro de Diversidade e Inclusão cuja atividade prevista se limitava à realização de um Festival de Culturas. -----

Questionou quais eram os objetivos e atribuições daquele novo Pelouro, e indicou que o descrito nas intenções fazia parte de um trabalho já realizado com o Deputado Filipe Rações, do PAN, no mandato anterior, através de uma Recomendação apresentada. -----

Caso não passassem de intenções e não fossem concretizar sugeriu que não fossem colocadas nas Opções do Plano. -----

Declarou que o CDS/PP não estava ali para brincar, tal como já tinha dito, e com aquelas Opções do Plano não se via uma estratégia nem um caminho que mostrasse onde queriam estar dali a um ano. -----

Questionou se no projeto de Requalificação da Parada do Alto de São João estava incluída a ligação à Avenida Mouzinho de Albuquerque. -----

A Deputada **Idália Tiago**, da CDU, indicou que, segundo a Senhora Presidente, aqueles documentos eram de continuidade, o que não deixava a CDU tranquila, bastando percorrer as ruas e falar com as pessoas para perceber que as suas reais necessidades não estavam consagradas naqueles documentos. -----

Classificou aquelas Opções do Plano como um documento de coisas avulsas sem que se percebesse para onde queriam ir, qual era o objetivo, como se iriam concretizar, empurrando algumas para resolução da CML e as outras não se percebia qual o tratamento que iriam ter. -----

Além do que já tinha sido dito relativamente aos atendimentos sociais, considerava obscuro visitar a Loja Social, atulhada de coisas bem organizadas, e questionou o que estavam aquelas coisas a fazer naquele espaço. Indicou que a CDU não compreendia quais os critérios nem a forma de fazer trabalho social na Freguesia, considerando que aquela valência não estava ao serviço da população. -----

Relativamente à regularização dos vínculos precários, indicou que não era a abertura de sete vagas abertas que iria resolver a quantidade de trabalho precário que existia na



Freguesia, tratando-se de uma questão política, podendo o Executivo ter resolvido a questão dos vínculos daqueles trabalhadores se assim o tivesse querido, e não parecia muito correto à CDU ser a Junta a alimentar aquele tipo de trabalho. -----

A Deputada **Joana Grilo**, do BE, indicou que o que ali se estava a passar era uma enorme desconsideração por quem tivesse pessoas ou animais a cargo, uma vez que não era suposto estarem àquelas horas a fazer aquele debate. -----

Solicitou um ponto de situação sobre o novo Centro de Saúde. -----

Relativamente aos contentores da roupa que estavam ao abandono na Freguesia não estavam a ser devidamente tratados pela empresa, tendo havido já algumas denúncias, e como tal solicitava um esclarecimento sobre a questão. -----

Relativamente ao Mercado de Sapadores, o BE considerava grave o que estava descrito nas Opções do Plano, gostando de ver implementado um projeto diferente de outros mercados, baseado na diversidade de horários, de funções e de lojas, através de uma proposta que pudesse ser debatida naquela Assembleia. -----

Apelou ao Executivo que insistisse junto da AML e da CML de forma a que o Plano de Pormenor da Quinta da Calçada fosse terminado. -----

Indicou que o BE tinha sugerido que o Executivo fizesse reuniões bimensais com as Associações de Moradores da Quinta do Lavrado e do Bairro Horizonte, dada as situações graves existentes naqueles bairros, bem como uma melhoria na intervenção da higiene urbana naqueles bairros. Referiu que tinham sugerido a criação de um Gabinete de apoio ao despejo, à Cultura, que fosse reintroduzida a oferta de teatro nas atividades da Junta, que os contentores de rua fossem substituídos por ecoilhas e que dessem o apoio que a CML não dava. -----

Indicou que o BE acompanhava a crítica feita à área da Comunicação, considerando haver um gasto enorme. -----

Referiu que o BE tinha sugerido a extensão da carreira 756 à Praça Paiva Couceiro, percurso que fazia antes da crise do passe escolar. -----

Solicitou a divulgação da bolsa de reparações, com transparência, de forma a que toda a Freguesia pudesse aceder. -----



O Deputado **João Monteiro**, do Livre, indicou que não se tinha pronunciado no ponto anterior por se reportar a um período em que não era eleito, mas que o iria fazer naquele por se tratar de um documento que se reportava ao presente e ao futuro. -----

Referiu que estava com grandes expectativas em relação àqueles dois documentos e que tinha ficado agradado com o que tinha visto e lido, esperando com expectativa a concretização daquelas intenções e de que maneira iriam ser concretizadas, expressando o seu desejo de contribuir e de apoiar no que fosse necessário, bem com para lembrar o que não estava a ser feito. -----

Indicou compreender a cautela do Executivo em relação ao novo Executivo camarário, tendo havido alteração de pessoas, e isso traduzia-se numa cautela e contenção em relação ao Orçamento, uma vez que ainda se desconhecia como seriam as relações interpessoais de pessoas de Forças Políticas diferentes. -----

Admitiu estar mais otimista que os demais, dada a sua recente eleição, e em comparação com quem tinha mais experiência no terreno. -----

Indicou que, em relação à Comunicação, tinha uma opinião contrária à já esplanada, uma vez que dado que a informação não estava a chegar a toda a gente indicava que não se estava a gastar o suficiente, devendo haver um investimento noutros meios de comunicação que conseguissem levar a informação a todas as pessoas. -----

Indicou ter esperança que o Executivo utilizasse as críticas que tinham sido feitas de forma melhorar o seu serviço e esperava que o trabalho em prol da Freguesia pudesse correr melhor com o contributo de todos. -----

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS/PP, indicou compreender o otimismo do Deputado do Livre, referindo que houve muita coisa que tinha sido prometida à população no passado que não tinham sido cumpridas. -----

Indicou que, pelo que tinha visto nos documentos consultados, tinham sido gastos cerca de €150000 em Comunicação, fora a Revista Penha, com contratos no valor de €60000 para duas agências de comunicação, mais três contratos no valor de €6000 para outras três agências de comunicação. Declarou que com €6000 por ano fazia mais Comunicação do que a Junta tinha feito com €150000, havendo algo ali que não funcionava bem. -----

Questionou qual era o tipo de trabalho que os Assessores de Comunicação faziam. ---



Louvou o trabalho da Senhora Presidente da Mesa na Comissão do Bem-estar Animal que, como meia dúzia de tostões, conseguia defender as ideias e implementá-las, comparando com os €12000 gastos em quatro notícias da área do Desenvolvimento Social, podendo aquela verba ser aplicada ao Desenvolvimento social, aos parques inclusivos, entre outras, admitindo, no entanto, a poupança que era feita com os outdoors e com o design gráfico. -----

Indicou haver situações muito duvidosas, especialmente quando investigadas as empresas associadas àquele tipo de serviços, tratando-se sempre das mesmas em todos os Executivos do PS, sendo da opinião de que devia ser feita uma escrutinação mais detalhada daquelas situações. -----

Indicou que gostava que fosse feita uma reavaliação da estratégia relativamente à implementação e divulgação dos serviços da Junta junto dos fregueses, bem como para a comunicação da implementação de novas políticas, sem ser necessário gastar aquelas verbas elevadas. -----

O Deputado **Renato Caldinhas**, do PSD, indicou que, apesar de tardiamente, preferia discutir aquele Orçamento ainda em 2021 do que adiar-lo para 2022. -----

Referiu que, em linhas gerais, o Orçamento vinha na mesma linha da Informação Escrita, com medidas avulsas sem uma missão nem uma linha condutora, não duvidando da intensão do Executivo de dar o seu melhor. -----

Relativamente à piscina, e tendo em conta o seu historial, questionou se a Junta tinha algum plano B caso a piscina deixasse de funcionar. -----

Questionou se já havia algum protocolo com as Escolas, Clubes ou Associações de forma a implementar alguma parte competitiva e de formação na Piscina. -----

Questionou se existia algum organograma estrutural da piscina com uma visão estratégica para o futuro. -----

A Deputada **Idália Tiago**, da CDU, indicou que pretendia reforçar a ideia a posição da CDU não era de pessimismo, mas sim de que a situação não era maravilhosa, e era a experiência do passado que fazia a CDU ter aquela avaliação, tendo em conta que o Executivo era o mesmo e que o documento era de continuidade. -----

Recordou que no mandato anterior tinha sido aprovado e orçamentado um parque infantil no Bairro Horizonte, parque esse que só naquela altura é que tinha tido a sua



construção iniciada, indicando que os moradores tiveram de acartar com tijolos às costas de forma a que pudesse ser iniciada a construção do mesmo. -----

Reiterou que não se tratava de pessimismo, mas que a realidade era péssima em alguns momentos. -----

A Deputada **Lourdes Borges**, do PSD, relativamente às questões sobre os trabalhadores, e tendo em conta o Mapa de Pessoal, questionou se a Junta não tinha um gabinete jurídico em funcionamento, havendo no Mapa duas vagas para licenciados em direito. Referiu que haviam, também, vagas para licenciados em engenharia que podiam ser ocupados temporariamente. -----

Referiu que era importante dar oportunidade às pessoas que estavam inseridas na Junta de Freguesia e integrá-los nos quadros. -----

Indicou que trabalhava na área da juventude, desporto e associativismo, e referiu que a Junta de Freguesia podia desenvolver muito mais do que aquilo que estava explanado nas Opções do Plano, considerado o seu teor vago, e a Junta de Freguesia devia de incentivar os jovens da Freguesia. -----

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS/PP, indicou que o Executivo não podia dizer que pretendia dinamizar o comércio local e depois ir comprar material para ser distribuído na Freguesia noutras zonas do País, e recordou a contestação que tinha havido com a compra e distribuição de amêndoas e rebuçados nas caixas de correio, sendo necessário fazer um estudo do que existia no comércio local. -----

A Senhora Presidente a Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que tinha reunido com todas as Forças Políticas e movimentos, e tinham recebido propostas de cidadãos, tendo sido acolhidas a generalidade das propostas recebidas, comprometendo-se a implementar todas as ideias que forem possíveis, no decorrer do mandato, independentemente das Opções do Plano. -----

Indicou que o Executivo não tinha a pretensão de saber mais do que os leitores, e como tal acolheriam todas as propostas que faziam sentido para a Freguesia, interpretando dessa forma a vontade dos eleitores. -----

Referiu que aquele Orçamento tinha cerca €130000 a menos em gastos com tarefas e avenças do que o Orçamento anterior, tendo aquilo um significado político. -----

Esclareceu que os €100000 de receita estimados da piscina tinham a ver com o histórico da mesma, tendo havido um diálogo com as piscinas vizinhas que serviram de base para a estimativa construída com a CML, mas indicou que o envelope financeiro associado à gestão da piscina iria ser sempre objeto de revisão entre a Junta e a CML, sem que houvesse outra solução além de um entendimento entre a Junta e a CML quanto à verba que era necessária para gerir a piscina e mantê-la a funcionar, alertando que a questão da pandemia fazia desconhecer qual seria a adesão das pessoas, informando que haviam cerca de 600 inscritos naquela altura. -----

Indicou que haviam coisas que vinham a ser bem feitas e que o Executivo pretendia continuar a fazê-las, sabendo de outras que podiam ser melhoradas. Indicou que contava com o trabalho de todos para chamarem o Executivo à atenção e para os manterem preocupados e focados naquilo que era importante para a Freguesia, continuando o Executivo a ouvir e a dialogar com todos no sentido de trabalhar em prol da população da Penha de França. -----

A **Proposta nº46/2021** obteve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	-	-	-	-	1	-	1
Votos contra	-	3	-	-	-	-	1	-
Abstenção	-	-	2	2	2	-	-	-

A **Proposta nº46/2021** foi *aprovada por maioria* -----

PONTO NÚMERO SETE

Proposta nº31/2021 – Ratificação do Contrato de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Penha de França, no âmbito do desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) para o ano letivo 2021/2022

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, indicou que aquela delegação de competência tinha sido aprovada a tempo, estando a Junta a apresentá-la em tempo certo, em comparação a anos anteriores. -----



A Proposta nº31/2021 obteve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	-	2	2	2	1	-	1
Votos contra	-	3	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	1	-

A Proposta nº31/2021 foi *aprovada por maioria* -----

PONTO NÚMERO OITO

Proposta nº35/2021 – Ratificação de Protocolo de Cooperação celebrado entre a Freguesia e a Paróquia da Penha de França

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, indicou que a colaboração com a Paróquia era contínua e permanente, no entanto aquele Protocolo ocorria de uma necessidade do arranjo da capela, havendo a contrapartida da utilização do salão paroquial. -----

O Deputado *Pedro Cardoso*, do CDS/PP, questionou se se tratava mesmo de uma ratificação, uma vez que não se recordava da apresentação de qualquer Protocolo com o compromisso da Junta de Freguesia a obrigar-se a custear as obras da capela. -----

Solicitou uma clarificação da cláusula terceira, uma vez que nas suas alíneas dizia tudo sem dizer nada, sem que fossem claras as premissas. -----

O Deputado *João Monteiro*, do Livre, indicou que pretendia fazer Declaração de Voto após a votação. -----

A Deputada *Idália Tiago*, da CDU, indicou que aquele tipo de protocolo era uma das razões pelas quais a CDU era da opinião de que devia de haver uma clarificação sobre os critérios de conceção de apoios. -----

A Deputada *Maria de Lourdes Borges*, do PSD, indagou quais eram as contrapartidas que a Junta de Freguesia tinha em relação ao apoio financeiro que era dado. -----

Sugeriu que as Sessões presenciais se passassem a realizar no Salão da Paróquia. -----

A Deputada *Sofia Peralta*, do CDS/PP, indicou que, conforme a indicação do seu Partido, iria votar a favor, mas pretendia fazer Declaração de Voto. -----

Indicou que a cedência do salão para a realização de atividades culturais já tinha sido negada anteriormente, esperando que, mediante aquele Protocolo, houvesse mais uma



melhor comunicação entre o Senhor Pároco e a comunidade no sentido da realização de atividades culturais. -----

O Deputado **Rui Seixas**, do BE, interpelou a Mesa no sentido de alertar que a Senhora Presidente da Junta não tinha esclarecido as questões colocadas pelo PSD. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que havia uma colaboração entre as entidades, encaminhando o Senhor Pároco muitas situações para a Junta de Freguesia, nomeadamente casos sociais. -----

Indicou que a Paróquia sempre tinha cedido o seu salão à Junta de Freguesia para a realização de eventos culturais, dada a falta de instalações próprias da Junta, mas que devido à pandemia era menos frequente. Esclareceu que a mesma estreita colaboração acontecia com as Paróquias de São João Evangelista e São Francisco de Assis. -----

Referiu que o imóvel era património classificado, tendo havido a necessidade recente de efetuar urgentes obras de conservação tanto na Igreja da Penha de França como na Capela de São João Baptista, sendo aquela a razão que norteava a celebração daquele Protocolo em concreto. -----

Indicou que como contrapartida, para além da estreita colaboração, contavam também com os Escuteiros, que colaboravam com a Junta de Freguesia em diversos eventos, estando associadas ao Protocolo uma série de envolventes sociais e culturais. -----

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS/PP, indicou ter ficado chocada com as declarações e justificações da Senhora Presidente, uma vez que não considerava normal uma vez que as obras nas igrejas estavam a cargo da Sede Eclesiástica, e apesar de compreender as outras envolventes indicadas, a combinação do Poder Eclesiástico e do Poder Local não podia ser levado àquele ponto, tendo os Escuteiros o objetivo de ajudar a população, e se voluntariamente quisessem distribuir a revista da Junta e informar a população nos atos eleitorais era de salutar. -----

Indicou que não achava normal que não tivesse sido apresentada à Assembleia uma proposta de obras na Igreja, considerando que a autoridade da Assembleia de Freguesia tinha sido ignorada, e sendo a Igreja uma das instituições com maior poder económico, achava ter havido uma inversão de valores. -----

Assinalou que a função do Pároco era, já por si, de canalizar e encaminhar os fiéis em situações de debilidade social para as instituições que pudessem prestar apoio. -----



Indicou não achar, de todo, as justificações dadas plausíveis para efetuar as obras na Igreja. -----

A **Proposta nº35/2021** obteve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3	2	2	2	1	1	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

A **Proposta nº35/2021** foi *aprovada por unanimidade* -----

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS/PP, como Declaração de Voto, indicou que gostaria, mediante aquele Protocolo, que a Junta de Freguesia pudesse mediar os pedidos de cedência das instalações, de forma a que a Paróquia não colocasse entropias a iniciativas que fossem apresentadas pela Sociedade Civil. -----

O Deputado **João Monteiro**, do Livre, como Declaração de Voto, indicou que o Livre era defensor da laicidade do Estado, o que implicava a separação da Igreja e do Estado e o tratamento igual para todas as Religiões, e por princípio o Livre era contra o financiamento de igrejas, salvo em situações especiais, e face ao explicado pelo Executivo, o financiamento das obras da igreja da Penha de França eram justificados, no contexto da existência de poucos espaços para usufruto dos cidadãos da Freguesia, e após a reabilitação o espaço serviria para os serviços da Junta assim como para as associações cívicas que o solicitassem, e estando em causa o benefício para os cidadãos e existindo poucos alternativas de espaços não-religiosos, aquela era uma situação excecional, e como tal o Livre tinha, excecionalmente, votado favoravelmente. -----

PONTO NÚMERO NOVE

Proposta nº44/2021 – Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções dos membros da Junta de Freguesia da Penha de França

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou prescindir da apresentação do documento por achar que o mesmo era claro. -----

O Deputado **Pedro Cardoso**, do CDS/PP, indicou que pretendia fazer um comentário e colocar uma questão. -----



Indicou que teria sido mais claro, durante a campanha eleitoral, que a candidata – e agora Presidente – tivesse informado de que iria estar a exercer as funções em regime de não permanência, e com isso dar o sinal de que a Junta de Freguesia não seria para si uma prioridade a tempo inteiro nos quatro anos seguintes e questionou se as pessoas não se iriam sentir defraudadas. -----

Questionou quem era o Substituto Legal da Senhora Presidente, uma vez que o tempo inteiro tinha sido atribuído ao Vogal Maycon Santos, mas que, provavelmente, não seria ele o Substituto Legal, mas sim a Vogal Capitolina Marques. -----

Solicitou que aquela informação fosse prestada de forma a não existirem entropias futuras. -----

A Deputada **Idália Tiago**, da CDU, indicou que se o documento apresentado era uma proposta era para ser votado e caso não fosse para ser votado não era uma proposta. -----

Registou a indisponibilidade para assumir a direção e o caminho da Junta de Freguesia como uma prioridade por parte dos Membros que compunham o Executivo, o que era uma surpresa para a CDU, e provavelmente para os eleitores também, que contavam com uma disponibilidade e um empenho a tempo inteiro. -----

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS/PP, reiterou as declarações da CDU, não tendo havido uma comunicação da Senhora Presidente a indicar tal vontade, tal como no mandato anterior cujas funções de assessora da Ministra da Saúde, e em plena pandemia, tinham requerido a sua presença a tempo inteiro, mas o CDS pensou que no presente mandato houvesse uma mudança. -----

Referiu que o CDS/PP, tal como no mandato anterior, iria estar atento ao tempo que a Senhora Presidente iria dedicar à Junta de Freguesia, esperando que a aposta do eleitorado no Partido Socialista não ficasse defraudada. -----

O Deputado **Luís Matias**, do Chega, indicou que aquela situação não era novidade para o Chega nem para os seus eleitores, tendo alertado para aquela realidade durante a campanha eleitoral. -----

Reiterou a questão colocada pelo Deputado do CDS/PP relativamente à identidade do Representante Legal. -----

Referiu que o que chocava o Chega, tratando-se de algo vergonhoso, era que houvessem Forças Políticas naquela Assembleia que tivessem legitimado aquele



Executivo e aquele Orçamento, declarando que o eleitorado continuava a querer saber quem tinha sido responsável por ter permitido o PS de governar sozinho quanto não tinha a maioria absoluta, mas que após aquela Assembleia já lhe parecia um pouco mais claro quem era. -----

O Deputado **Pedro Cardoso**, do CDS/PP, referiu que falta de disponibilidade e a imprioridade da Senhora Presidente do Executivo manifestava-se nas respostas tardias, tendo a Assembleia de recordar o prazo legal para resposta, e quando a resposta vinha era sempre dada e fundamentada por um Chefe de Divisão, e alertou que o CDS/PP não aceitaria mais respostas dadas pelo Chefe de Divisão, uma vez que a questão era sempre colocada à Senhora Presidente, não querendo, de qualquer forma, menorizar a função do Chefe de Divisão, mas enquanto cargo político era perante a Assembleia que a Senhora Presidente tinha de responder, e não se podia furtar num documento cujo teor, duvidava muitas vezes, que conhecesse. -----

Dada a falta de resposta ao Requerimento enviado pelo CDS/PP, questionou se havia algum Membro do Executivo que exercesse funções em órgãos sociais de associações da Freguesia. -----

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS/PP, esclareceu que o CDS/PP não tinha sido, em momento algum, escrutinado nem ouvido no sentido de apoiar ou de viabilizar aquele Executivo. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** deu como terminado aquele ponto. ---

O Deputado **Pedro Cardoso**, do CDS/PP, indicou que a Senhora Presidente da Junta ainda não tinha respondido às questões colocadas. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que podia convidar a Senhora Presidente a usar da palavra caso o desejasse. -----

O Deputado **Pedro Cardoso**, do CDS/PP, indicou que não podia aceitar aquela resposta uma vez que era de bom tom e de boa educação dar uma resposta quando se fazia uma pergunta, e dada a hora tardia, agradecia que não brincassem ao dá resposta ou não dá. –

Tendo em conta que tinha dirigido uma pergunta direta ao Executivo, agradecia a Senhora Presidente da Mesa desse a palavra à Senhora Presidente da Junta para dar, ou não, a devida resposta, e que não podiam estar ali com subterfúgios. -----



A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia* indicou que não era seu apanágio estar com subterfúgios. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, indicou, com a mesma liberdade que tinha para dizer que não pretendia dar resposta, que tinha todo o gosto em dá-la. -----

Esclareceu que desde que tinha tomado posse como Presidente de Junta, em 2015, só tinha permanecido um curto espaço de tempo e em exclusividade de funções, tendo continuado a exercer funções a meio tempo na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de onde era oriunda, e a Lei dos Gabinetes dos Membros do Governo não permitia a acumulação de qualquer outra atividade remunerada, sendo aquela a razão que a obrigava a exercer o seu mandato em regime de não permanência, sem que tal colidisse ou minorizasse o tempo que dedicava à Junta de Freguesia. -----

Esclareceu que os Membros do Executivo que estavam aposentados não podiam acumular uma remuneração a tempo inteiro, sem que tal minorizasse o tempo que dedicavam à Freguesia. -----

Indicou que o seu substituto legal era a Vogal Capitolina Marques, e que, por lapso, ainda não tinha sido colocada essa informação no site, mas iria ser. -----

Relativamente ao prazo de resposta aos Requerimentos, indicou que os mesmos eram respondidos no prazo legal de trinta dias, e a resposta àquele requerimento em particular tinha sido enviada na véspera, mas o funcionário não tinha tido oportunidade de a enviar, facto que lamentava. -----

Indicou que a forma de cortesia que se utilizava protocolarmente era o Chefe de Divisão indicar “*encarrega-me a Senhora Presidente de oficiar...*” e era assim que eram feitas as comunicações tanto na Junta como na CML, e até nos Gabinetes de Membros do Governo, não se tratando de uma descortesia, garantindo que todas as respostas dadas passavam sempre por ela. -----

O Deputado *Pedro Cardoso*, do CDS/PP, agradeceu a resposta, mas indicou que ninguém tinha o dom da ubiquidade de estar em vários sítios ao mesmo tempo com a responsabilidade que as funções lhe competiam, e como tal algo iria ficar para trás, e tal como no mandato anterior o que ficaria para trás seria a Junta de Freguesia da Penha de França. -----



A Deputada **Joana Amaral Grilo**, do BE, indicou que os eleitos do BE se iriam retirar a reunião, dado que era 01h45, e não havia condições para estarem presentes, lamentando a situação. -----

O Deputado **Rui Seixas**, do BE, indicou que se iria retirar, por uma questão de princípio, e tinha todo o respeito aos trabalhos da Assembleia, mas tal como ele respeitava os tempos da Assembleia, os seus tempos pessoais e profissionais também tinham de ser respeitados e aqueles horários não eram compatíveis com a vida de ninguém. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** concordou com a questão do adiantado da hora, mas recordou que o plenário tinha decidido a continuação dos trabalhos. -----

O Deputado **Rui Seixas**, do BE, indicou que tinha sugerido discutir-se apenas o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, dada a urgência, e passar os restantes para outra Sessão onde podiam ser discutidos com cabeça e com um espírito de trabalho, e àquela hora supunha que ninguém estava a dar o seu melhor. -----

O Deputado **Luís Matias**, do Chega, referiu que o último ponto da Ordem de Trabalhos não levantava grande celeuma, pelo que era da opinião de que poderia ser votado. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia**, dado o adiantado da hora, questionou se alguém se opunha à votação do Ponto nº10, sem que ninguém se opusesse. -----

----- PONTO NÚMERO DEZ -----

Proposta nº49/2021 - Designação do Júri de recrutamento dos cargos dirigentes intermédios de 2.º grau

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** colocou o documento à votação. -----

A **Proposta nº49/2021** obteve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3	2	2	-	1	1	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

A **Proposta nº49/2021** foi **aprovada por unanimidade** dos presentes -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, colocou à votação a Ata-Minuta da presente Reunião, que foi aprovada por unanimidade dos Membros presentes, e deu por encerrada a Sessão, pela uma hora e



cinquenta e um minutos, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por mim, funcionário desta Autarquia, pela Presidente, pelo Primeiro e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia de Freguesia. -----

O Funcionário

Alexandre Ribeiro

**A Presidente da Mesa da
Assembleia de Freguesia**

Maria Luísa Vicente Mendes

**O Primeiro Secretário da Mesa da
Assembleia**

João Carlos Ventura Ramos

**A Segunda Secretária da Mesa da
Assembleia**

Elsa Maria Noura do Sacramento

Ata aprovada por unanimidade na 2ª Sessão Ordinária de dia 19/04/2022